

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
BACHARELADO EM JORNALISMO

Júlia Ozorio de Abreu

POR UMA MEDIAÇÃO QUALIFICADA:
Uma análise de acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão no site
GZH

Porto Alegre
2024

JÚLIA OZORIO DE ABREU

POR UMA MEDIAÇÃO QUALIFICADA:

**Uma análise de acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão no site
GZH**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Ruschel Träsel

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Abreu, Júlia Ozorio de

Por uma mediação qualificada: uma análise de acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão no site GZH / Júlia Ozorio de Abreu. -- 2024.

105 f.

Orientador: Felipe Moura de Oliveira.

Coorientador: Marcelo Ruschel Träsel.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Acessibilidade Comunicacional. 2. Pessoas com
deficiência visual. 3. Webjornalismo. 4. Informar de
modo qualificado. 5. Mediação qualificada. I.
Oliveira, Felipe Moura de, orient. II. Träsel,
Marcelo Ruschel, coorient. III. Título.

JÚLIA OZORIO DE ABREU

POR UMA MEDIAÇÃO QUALIFICADA:

**Uma análise de acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão no site
GZH**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira - UFRGS
Orientador

Prof. Dr. Marcelo Ruschel Träsel - UFRGS
Coorientador

Prof^a. Dr^a. Gisele Dotto Reginato - UFRGS
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Cypriano Pereira - UFRGS
Examinadora

A todos aqueles que, em algum momento, se sentiram ontologicamente errados por,
simplesmente, ousar (r)existir.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma trajetória é feita sozinha. Nenhum sonho é único.

Entrei na universidade com o sonho de revolucionar a comunicação. Queria fazer documentário sobre direitos humanos, e, dessa forma, enfrentar estigmas sociais. Com o tempo isso mudou, hoje já quero outras coisas do Jornalismo.

O que não muda é o passado. Deus sabe o quanto estudei para passar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e buscar esse sonho. Não foi fácil. Estudei sozinha em casa e em cursinhos populares aos sábados. Consegui passar no vestibular para Jornalismo. Deu um semestre, e passei novamente, mas dessa vez para Ciências Sociais pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para quem não esperava entrar numa das melhores universidades do país por ser pobre e não ter a mesma preparação que os demais, cheguei muito longe. Que bom que sempre segui firme, com audácia de viver e melhorar. Que bom segui no jornalismo.

Ao longo da minha trajetória, pude viver coisas lindas. Fiz iniciação científica, estágios e bolsas em todas as áreas que tive interesse dentro do Jornalismo. Fundei um coletivo de jornalismo para direitos humanos e movimetei estruturas políticas da minha cidade. Ganhei mais de dez prêmios de jornalismo universitário e participei de diversos congressos, inclusive internacionais, com meus trabalhos acadêmicos.

Por isso, sou grata, em primeiro lugar, a minha teimosia, ao meu empenho e minha dedicação que me trouxe tão longe. Tenho orgulho de dizer: sou uma mulher pobre, cotista socioeconômica, que estudou em escola pública e aproveitou ao máximo todos os caminhos que a UFRGS abriu em minha vida.

Passei, enquanto estudante, pelas maiores redações de Jornalismo do Estado: Correio do Povo (o mais antigo), Diário Gaúcho (o maior jornal popular do RS) e Zero Hora (o maior e mais vendido).

É claro que nenhuma dessas conquistas foram feitas sozinha. Por isso, meus agradecimentos se estendem a todos aqueles que me querem bem e lutaram comigo por um mundo e uma vida melhor.

A começar por Rafael da Silva Pereira, meu amor incondicional. São sete anos de um relacionamento bonito, honesto e de companheirismo e incentivos mútuos. Crescemos tanto juntos nestes anos. Nos conhecemos enquanto eu ainda cursava

Ensino Médio e sonhava em passar em uma universidade. Obrigada, meu amor, por me acompanhar antes mesmo que eu pudesse iniciar esse sonho na faculdade pública, gratuita e de qualidade. Muito obrigada por me acompanhar nos aulões abertos preparatórios para vestibular - mesmo tu já estudando Jornalismo na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).

Obrigada por estar comigo em todos os meus desafios, me incentivar e ficar feliz com toda nova conquista em minha vida. Obrigada pela cumplicidade e pela escuta ativa. Por passar horas e horas me ouvindo falar sobre temas acadêmicos ou ensaiando apresentação de trabalhos.

Obrigada, mãe, Amanda Cristiane Ozorio, por me ensinar a não me amedrontar pelos desafios. Por me mostrar, enquanto uma boa professora, o poder da educação para a transformação de realidades. Obrigada por escutar minhas lamentações e torcer comigo pelo sucesso. Sou grata por ti vibrar pelas minhas conquistas e por me ajudar nos momentos difíceis. Esses como quando tivemos que organizar toda a papelada de matrícula da UFRGS em pouquíssimos dias, ou quando tu me ajudou a terminar minhas referências bibliográficas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos últimos segundos.

Obrigada, pai, Aldorando de Jesus Rodrigues de Abreu, pelas intermináveis caronas até a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), regadas de trocas sinceras das minhas informações acadêmicas e das tuas vivências, enquanto um vendedor autônomo vindo do interior e com pouca instrução. Agora, como tu diz, tu estás se formando um jornalista comigo, porque precisou ouvir conceitos e conceitos todos os dias. Já sabe na ponta da língua como deve ser o bom jornalismo. Tu sabes que te amo, apesar de quase te matar do coração quando te contei que passei no listão da UFRGS.

Obrigada a todos os professores, que me ensinaram tanto ao longo da minha graduação. Em especial, Felipe Moura de Oliveira e Marcelo Ruschel Träsel, que me orientaram na iniciação científica e me abriram as portas novamente agora no TCC.

Obrigada a todos os integrantes da Iguana Jornalismo, em especial Arthur Amorim, Giovanna Parise, Nicole Biancardi - e as interinas Eduarda Stefenon e Valentina Bressan - pela parceria nos projetos especiais em Jornalismo, pelos prêmios e pautas vendidas, que me fizeram muito feliz por todo o tempo que estivemos ativos. Realizei um sonho ao lado de vocês e me tornei uma verdadeira pauteira, jornalista

e ser humano. Obrigada ao meu amorzinho, Rafael da Silva Pereira, com quem fundei o coletivo.

Obrigada, Fernanda Polo, minha fiel escudeira na faculdade, assim como Giovanna Parise, por todos os anos que compartilhamos as vivências acadêmicas, os trabalhos, as dicas de provas, enfim, todos os desafios e surtos da graduação. Éramos o trio das meninas do Jornalismo, as Meninas Superpoderosas. Fizemos trabalhos lindos juntos e tenho muito orgulho de todos os prêmios que ganhamos juntas.

Meu agradecimento se estende a todos que abriram suas portas para me receber enquanto uma jovem repórter. Vocês confiaram em mim para contar suas histórias e sou extremamente feliz e grata por isso.

Obrigada, Skarlet e Nelson, dois venezuelanos que imigraram para o Brasil atrás de uma vida melhor e que se instalaram em um prédio do meu bairro e acabaram me despertando curiosidade jornalística. Obrigada por me receberem, confiarem em mim e me contarem toda a situação delicada que vocês enfrentaram. Sou muito feliz em poder acompanhar o desenvolvimento de vocês no Brasil, pelo trabalho que vocês conseguiram e pela filhinha que vocês tiveram.

Obrigada a todos os membros do Floresta Aurora, o clube negro mais velho do país, por me receberem na sede, em Porto Alegre, e em suas casas, pela Capital. Em especial, meu agradecimento à advogada Maria Eunice da Silva, primeira presidente mulher do clube. Ao também advogado Antônio Carlos Côrtes, que além de ter sido presidente do clube, é um dos últimos idealizadores do Dia da Consciência Negra ainda vivo. Foi ele, junto com amigos, como Oliveira Silveira, propuseram, em Porto Alegre, a data de reflexão. Meu agradecimento também à Maria Idalina Martimiano e sua filha, Margarida Martimiano, que me receberam na sua residência e me ensinaram muito sobre racismo.

Sou grata a vocês e mais uma infinidade de pessoas, que infelizmente não cabem nos agradecimentos de um trabalho acadêmico. Todos marcaram minha trajetória na Fabico e enquanto uma jovem repórter. Vocês me ensinaram, me acolheram, depositaram confiança em mim e no meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Isso é lindo. Obrigada.

*“O grande desafio do jornalismo digital é encontrar sua
linguagem e democratizar suas interfaces.”*

Felipe Pena

RESUMO

A presente pesquisa se propõe compreender como o site jornalístico GZH, do Grupo RBS, tem incorporado práticas que promovam a acessibilidade ao informar jornalisticamente a sociedade. Por meio de diferentes bibliografias, a destacar Kovach e Rosenstiel (2001), Travancas (1993), Bucci (2000), o trabalho buscou compreender os diferentes papéis e obrigações do jornalismo na sociedade democrática. Ressaltamos, em especial, o informar qualificadamente previsto nas teorias de Reginato (2016) e a mediação qualificada, postulada por Oliveira (2016), como o ideal da produção jornalística. Através da triangulação bibliográfica e documental, o trabalho também debate a trajetória da pessoa com deficiência na sociedade (Maier 2020; Aranha, 1979; Pessotti, 1984). Também exploramos o significado de acessibilidade e suas diferentes dimensões (Brasil, 2015; Sasaki, 2009). A monografia apresenta ainda as definições de deficiência visual (Brasil, 2004; 2021) e os parâmetros para a acessibilidade comunicacional e comunicativa na internet e, em especial, no jornalismo (Marco Zero; Unicap, 2022). A partir do arcabouço teórico e documental, estabelecemos parâmetros de um ideal de acessibilidade em sites jornalísticos. Na sequência, sistematizamos uma ferramenta mista de anotação de resultados, para, então, efetivamente analisarmos cinco páginas de GZH. Por fim, sistematizamos os resultados, promovemos uma leitura crítica deles e inferimos boas práticas de acessibilidade para o site de GZH. Os resultados indicam que ainda há um longo caminho de aperfeiçoamento do site para que ele possa cumprir os parâmetros de acessibilidade estabelecidos nesta pesquisa. Constatamos que a maior fatia dos indicadores mobilizados nas páginas de GZH foram negativos, não alcançando o mínimo necessário para que os usuários com deficiência visual possam ter uma experiência acessível no site. Esse montante representou 36,92% do total dos indicadores. Concluímos que para as informações jornalísticas presentes em GZH serem efetivamente qualificadas, elas devem incorporar práticas e ferramentas de acessibilidade, permitindo, assim, que as pessoas com deficiência visual consigam, efetivamente, alcançar os conteúdos dispostos nas páginas do site.

Palavras-chave: Acessibilidade. Pessoas com deficiência visual. Webjornalismo. Acessibilidade Comunicacional. Mediação qualificada. Informar de modo qualificado.

ABSTRACT

This research aims to understand how the journalistic website GZH, from Grupo RBS, has incorporated practices that promote accessibility when informing society journalistically. Through different bibliographies, notably Kovach and Rosenstiel (2001), Travancas (1993), and Bucci (2000), the study sought to comprehend the various roles and obligations of journalism in democratic society. We highlight particularly the notion of qualified informing as outlined in Reginato's theories (2016) and the concept of qualified mediation, posited by Oliveira (2016), as the ideal for journalistic production. Through bibliographical and documentary triangulation, the study also discusses the trajectory of people with disabilities in society (Maior 2020; Aranha, 1979; Pessotti, 1984). We also explore the meaning of accessibility and its different dimensions (Brazil, 2015; Sassaki, 2009). The monograph also presents definitions of visual impairment (Brazil, 2004; 2021) and parameters for communicational and communicative accessibility on the internet, especially in journalism (Marco Zero; Unicap, 2022). Based on the theoretical and documentary framework, we establish parameters for an ideal of accessibility on journalistic websites. Subsequently, we systematize a mixed tool for result annotation to effectively analyze five pages of GZH. Finally, we systematize the results, conduct a critical reading of them, and infer good accessibility practices for the GZH website. The results indicate that there is still a long way to go for the site to meet the accessibility parameters established in this research. We found that the majority of indicators mobilized on the GZH pages were negative, not reaching the minimum required for visually impaired users to have an accessible experience on the site. This amounted to 36.92% of the total indicators. We conclude that for the journalistic information present on GZH to be effectively qualified, they must incorporate accessibility practices and tools, thus allowing visually impaired people to effectively access the content displayed on the site's pages.

Keywords: People with visual impairments. Web journalism. Communicational accessibility. Qualified mediation. Informing in a qualified way.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Procedimentos metodológicos	46
Figura 2 - Código fonte da página principal de GZH	56
Figura 3 - Menu superior da homepage de GZH	56
Figura 4 - Menu superior da homepage de GZH aberto	57
Figura 5 - Publicidade em sobreposição de janelas	57
Figura 6 - Programas da Gaúcha	58
Figura 7 - Player da Rádio Gaúcha	59
Figura 8 - Formulário de cadastro em GZH	61
Figura 9 - The Trust Project	63
Figura 10 - Legendas de foto na matéria de política	65
Figura 11 - Vídeo da Agência Senado sem opção de legenda e closed captions	66
Figura 12 – Elemento “leia mais” na matéria de economia	68
Figura 13 - Imagem que abre a matéria de economia	71
Figura 14 - Código fonte da imagem que abre a matéria de saúde	75
Figura 15 - Corpo da matéria de educação	78
Figura 16 - Imagem que abre a matéria de educação	80
Figura 17 - Resultado dos indicadores de acessibilidades aplicados em GZH em números totais	82
Figura 18 - Resultado dos indicadores de acessibilidades aplicados em GZH em porcentagem	83
Figura 19 - Resultados dos indicadores do nível 1 em todas as páginas analisadas de GZH	90
Figura 20 - Resultados dos indicadores do nível 2 em todas as páginas analisadas de GZH	91
Figura 21 - Resultados dos indicadores do nível 3 em todas as páginas analisadas de GZH	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Equivalência das escalas do teste de Snellen	32
Tabela 2 - Resumo do WCAG 2.1	41
Tabela 3 - Indicadores da análise	48
Tabela 4 - Parâmetros da análise	49
Tabela 5 - Indicadores para a escolha das matérias	52
Tabela 6 - Matérias selecionadas	52
Tabela 7 - Resultado dos indicadores aplicados em GZH	83
Tabela 8 - Resultados dos indicadores do nível 1 da homepage de GZH	85
Tabela 9 - Resultados dos indicadores do nível 2 da homepage de GZH	87
Tabela 10 - Resultados dos indicadores do nível 3 da homepage de GZH	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 NOTAS SOBRE O JORNALISMO E AS RESPONSABILIDADES DE NARRAR O MUNDO	21
2.1 Mediação qualificada e seus indicadores	22
2.2 Uma ferramenta para a cidadania	25
2.3 Webjornalismo: as características desse modo de contar o mundo	26
3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: SUJEITOS, CIDADÃOS E SEUS DIREITOS NA SOCIEDADE DIGITALIZADA	31
3.1 Um contexto histórico e social	33
3.2 Quando falamos sobre acessibilidade, o que estamos dizendo?	35
3.3 Existentes e ineficientes: as principais leis de acessibilidade comunicacional no Brasil	37
3.4 Parâmetros para a comunicação digital eficiente	40
3.4.1 Recomendações para o jornalismo digital	43
3.5 Sobre os outros recursos	45
4 CAMINHO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO SITE GZH	46
4.1 Os indicadores	48
4.2 Ferramenta mista de análise	54
4.3 A análise	55
4.3.1 Homepage GZH	55
4.3.2 Matéria de política	62
4.3.3 Matéria de economia	68
4.3.4 Matéria de saúde	73
4.3.5 Matéria de educação	77
4.4 Discussão dos resultados	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

1 INTRODUÇÃO

Imagine estar em uma situação crucial, precisando saber onde se vacinar ou o horário exato do seu ônibus em meio a um trânsito atípico. Pense numa inundação devastadora atingindo sua cidade, e a urgência de saber onde você pode encontrar abrigo. Agora, visualize um dia de eleições, com apenas sites jornalísticos online disponíveis para conferir os resultados.

Diante dessas circunstâncias, você decide acessar um jornal de confiança para obter informações vitais que podem impactar diretamente sua vida. Ao abrir o site, uma voz do leitor de tela ecoa: "GZH, o jornal digital que te conecta com as notícias do RS, do mundo e do seu time. Tudo aqui, em GZH". O menu se desenrola: "Página inicial, Grêmio, Inter, tabelas, Clube do Assinante". Em seguida, uma sequência de números e letras começam a ser proferidas pelo leitor de tela, uma publicidade que não foi identificada e descrita mergulha você em uma névoa de incerteza.

Confuso, você avança na navegação, mas se vê imbricado em um novo obstáculo: a imagem que antecede o título da matéria principal do site não tem nomeação ou descrição. O leitor lê diversas vezes o nome do fotógrafo e agência que produziu a imagem, em resposta à falta de acessibilidade do site. Neste momento, você se encontra atordoado por diversas informações confusas. Mesmo assim, você, que se encontra numa situação crucial, insiste em achar a informação tão necessária.

Você finalmente consegue alcançar o título da manchete do site. Suponhamos que, por sorte, essa seja a informação que você procura. Ao entrar na matéria, o leitor refaz o caminho do cabeçalho e da publicidade não identificada até chegar ao texto. No entanto, um novo componente inacessível é adicionado na sua navegação: botões de compartilhamento da matéria, que antecedem o texto principal, são lidos pelo leitor em formato de códigos e palavras soltas. Você novamente fica confuso, mas decide prosseguir pela página em busca da matéria.

Você chega no título e na linha de apoio. Você segue a leitura e chega ao corpo do texto, sintetizado por uma voz eletrônica. Embora consiga extrair algumas informações, depara-se com gargalos ao longo do caminho. Ao explorar o conteúdo visual, as fotos, vídeos e infografias são genericamente rotulados como "gráficos",

sem descrições, textos alternativos ou audiodescrição, mantendo a névoa de incerteza sobre o significado de cada elemento e sobre a completude da matéria.

Neste momento, você já gastou mais de 15 minutos dentro do site, mas ainda não chegou ao seu objetivo. Em uma situação crucial, esse tempo é precioso. A multimídia da matéria pouco agrega para você e, confiando apenas no texto escrito, encerra sua navegação no site de notícias. Se há alguma informação valiosa nos recursos, você nunca saberá. Uma incerteza persiste quanto à totalidade das informações presentes na matéria em razão das barreiras impostas pela falta de acessibilidade.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel, ao escreverem o livro "Os Elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir", propuseram uma reflexão sobre os princípios essenciais que fundamentam o jornalismo. Eles buscaram identificar os fundamentos basilares que devem ser preservados, caso fosse necessário mudar o jornalismo em algum aspecto.

Após entrevistarem mais de 100 jornalistas, a conclusão era clara: a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade. A sua principal finalidade, por sua vez, consiste em prover aos cidadãos as informações necessárias para que possam desfrutar da liberdade e participar ativamente da sociedade, se autogovernando. Para que o jornalismo consiga cumprir suas obrigações principais, ele precisa, efetivamente, chegar ao receptor. Só se consome notícias quando se tem essa opção.

Os dados oficiais sobre o número de pessoas cegas e com baixa visão mais recentes no Brasil são do Censo Demográfico de 2010, já que ainda não foram divulgados os números sobre a população com deficiência no levantamento de 2022. Conforme o último dado, estima-se que no Brasil existam aproximadamente 45 milhões de pessoas com deficiência, correspondendo a quase 24% da população do país. Assim, conforme os dados, as pessoas com baixa visão e cegas totais representam cerca de 3,5% dos brasileiros.

Apesar de constituir uma parcela significativa da sociedade, esse grupo continua a enfrentar sistemática exclusão da esfera pública, tendo sua participação social frequentemente diminuída, inclusive no que tange a informação e a comunicação.

Uma das formas de combater essa exclusão e de garantir que esses cidadãos tenham direitos assegurados é por meio da acessibilidade. No Brasil, a acessibilidade é definida como a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, s.p.).

Portanto, para que o jornalismo chegue a um receptor cego ou com baixa visão ele deve ser acessível e assegurar as condições necessárias para o acesso e a plena interação desse público com o conteúdo - estando esse conteúdo disposto na internet ou não.

Um teste realizado em 2020 pelo movimento Web para Todos, em colaboração com a empresa BigDataCorp e o Núcleo de Informação e Coordenação do .br, associado ao Comitê Gestor da Internet (CGI.Br), verificou a acessibilidade dos sites brasileiros, levando em consideração os quesitos necessários para atender a usuários com diferentes tipos de deficiência. A pesquisa revelou que menos de 1% dos sites presentes no Brasil oferecem os recursos e funcionalidades essenciais para que essas pessoas consigam acessar e interagir de forma satisfatória com essas páginas.

Esse dado acendeu um alerta sobre a acessibilidade dos sites que circulam no país. Entre as páginas digitais analisadas pelo teste estão, inclusive, jornais. Estes que deveriam honrar seu compromisso estabelecido pelo Código de Ética dos Jornalistas, que é de garantir a todas as pessoas o acesso à informação, sem nenhum tipo de impedimento:

O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse (Fenaj, 2007).

Seguindo a mesma linha, a Constituição Federal de 1988, no artigo XIV do inciso II, que postula sobre as garantias e direitos fundamentais de todos os brasileiros, esclarece que “é assegurado a todos o acesso à informação” (Brasil, 1988, s.p.).

Fica evidente, portanto, que o jornalismo inclusivo, enquanto prática comunicacional, fornece à sociedade a possibilidade de garantir seu direito à informação.

Tendo em vista a importância social do jornalismo para a vida em sociedade, tive interesse em investigar mais a fundo como a acessibilidade é praticada neste campo social. Esta curiosidade floresceu em meio aos estudos acadêmicos, em especial durante as disciplinas de Seminário Inclusão, Acessibilidade e Comunicação, bem como Teoria do Jornalismo. Minha participação em pesquisas científicas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Jornalismo Digital (JorDi), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também me fizeram ponderar sobre o bom jornalismo online, servindo como base para esta monografia. Por fim, minha participação enquanto profissional de jornalismo nos jornais gaúchos Correio do Povo, Diário Gaúcho e Zero Hora, também colaborou para as reflexões sobre as práticas de jornalismo diário.

Com esse repertório inicial e tendo em vista que uma das principais obrigações do jornalismo é efetivamente levar informações às pessoas (Kovach e Rosenstiel, 2001), exercendo uma mediação qualificada entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade (Oliveira, 2016), surge o problema desta pesquisa: como o site de GZH, do Grupo RBS, tem incorporado práticas que promovam a acessibilidade ao informar jornalisticamente à sociedade? Os objetivos específicos se desdobram nos seguintes passos de investigação científica:

- a) compreender o conceito de acessibilidade para websites jornalísticos;
- b) conhecer, por meio da descrição de conteúdo de cinco páginas de GZH, o modo como a acessibilidade é mobilizada no site;
- c) classificar o conteúdo descrito a partir de categorias relacionadas à acessibilidade digital;
- d) a partir dos indicadores, da bibliografia e dos resultados da análise, inferir boas práticas de acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão para o website jornalístico GZH.

Para alcançarmos nossos objetivos, lançamos mão de procedimentos metodológicos inspirados na tradição de pesquisas do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-Line (GJOL), que realizam uma triangulação metodológica para chegar ao seu objetivo. Dessa forma, os seguintes passos de pesquisa foram desenvolvidos: a) formação de um arcabouço teórico e documental a respeito das melhores práticas de acessibilidade na internet; b) estabelecimento de parâmetros que correspondem a um ideal de acessibilidade em sites jornalísticos; c) sistematização, a partir dos parâmetros de acessibilidade em sites jornalísticos, de

uma ferramenta mista de anotação de resultados; d) análise manual de cinco páginas escolhidas de GZH a partir dos parâmetros estabelecidos; e) com ferramenta de análise e resultados em mãos, a sistematização dos resultados; f) inferência de boas práticas de acessibilidade para o site de GZH.

De modo a criar um arcabouço teórico para as investigações que seriam feitas nesta monografia, foi realizada uma pesquisa de Estado da Arte nos repositórios digitais da UFRGS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Unisinos, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Banco de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Anais da Intercom, da Compós, do Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR).

As palavras-chave utilizadas para refinar a pesquisa, que incluiu artigos, trabalhos acadêmicos e teses dos últimos cinco anos (2018-2023), foram: acessibilidade; jornalismo e cidadania; webjornalismo; pessoas com deficiência; cegos; deficiência visual. Constatou-se 52 trabalhos alinhados com a pesquisa. A destacar: Ferreira (2020), Cavalcante (2021), Silva e Ribeiro (2020), Firmino (2022), Wobeto (2023), Beraldo (2021) e Pereira (2021).

Vale ressaltar, no entanto, que apesar desse esforço inicial, ao longo da monografia foi necessário recorrer a outros instrumentos teóricos e documentais, como guias de acessibilidade, cartilhas de inclusão e aparatos legais. A pesquisa também recorreu a estudos de acessibilidade que não haviam sido publicados nos últimos cinco anos, mas que são referências nos assuntos tratados, tal como Segatto (2015), Sasssaki (2002; 2005) e Bonito (2015; 2016). O resultado deste arcabouço teórico e documental está expresso nos capítulos já apresentados nesta monografia.

O desenvolvimento deste trabalho está segmentado em cinco grandes capítulos. O primeiro busca introduzir o tema e os parâmetros desta pesquisa. O segundo tentou compreender o papel do jornalismo, partindo das suas obrigações e finalidades até seus benefícios para uma sociedade democrática. O terceiro, engloba as discussões sobre pessoas com deficiência visual e acessibilidade. O quarto apresenta um panorama geral de GZH, assim como a análise e os resultados acerca da acessibilidade do site. Por fim, o último capítulo amarra as discussões

promovidas em todo o trabalho levando em consideração a análise feita, além de inferir boas práticas para websites jornalísticos e em especial, GZH.

O resultado indica que o site de GZH não atende de forma satisfatória aos indicadores estabelecidos pela pesquisa para manter pessoas cegas e com baixa visão bem informadas. Constatamos que a maior fatia dos indicadores mobilizados nas páginas de GZH foram negativos, não alcançando o mínimo necessário para que um usuário pudesse ter uma experiência acessível no site. Isso representa 36,92% do total de indicadores. Além disso, dos 65 indicadores totais (considerando os 13 critérios de cada uma das cinco páginas analisadas), somente 15 atenderam totalmente aos parâmetros de acessibilidade estabelecidos nesta monografia. Notamos ainda que 14 indicadores atendem parcialmente o que estabelecemos como ideais de acessibilidade para o site de GZH. Isso significa que 21,54% dos indicadores cumprem minimamente os parâmetros de acessibilidade no site. Por fim, entendemos que 18,46% dos indicadores não puderam ser aplicados nas páginas de GZH, uma vez que não possuíam os parâmetros necessários para serem aplicados.

2 NOTAS SOBRE O JORNALISMO E AS RESPONSABILIDADES DE NARRAR O MUNDO

“O bem-estar dos povos depende de suas decisões livre e judiciosamente adotadas. O valor destas decisões depende, por sua vez, do grau de informação dos cidadãos [...] A qualidade da informação depende da compreensão, dos conhecimentos, das qualidades profissionais e do sentido de responsabilidade do jornalista.”
(Unesco apud Medina, 1982, p. 35)

A definição e propósito do jornalismo têm sido objeto de discussão tanto na academia quanto na sociedade ao longo de décadas. Embora muitos acreditem que sabem exatamente o que o jornalismo é, ao tentarem explicá-lo logo se deparam com uma discussão teórica e filosófica profundamente complexa. Nesse contexto, exploraremos algumas das teorias que buscam conceituar o que é o jornalismo e quais são suas funções, a fim de lançar luz sobre esse campo da comunicação e sua relevância para a sociedade. As teorias apresentadas a seguir, portanto, guiarão o entendimento deste trabalho e nos auxiliarão na análise do jornalismo como uma prática social e profissional.

Traquina (2001) destaca que as notícias são o resultado de um processo de produção que envolve percepção, seleção e transformação da matéria-prima - os acontecimentos - em um produto final - as notícias. Dentro dessa dinâmica, o jornalismo, enquanto uma prática profissional, age como um filtro, aplicando seus próprios critérios para codificar e transformar eventos em informações acessíveis ao público.

Alinhado a essa perspectiva, Park (2008) define o jornalismo como uma forma de conhecimento específico que, com base em seus critérios distintos, narra o mundo. Para Park (2008), o jornalismo desempenha o papel de orientar o indivíduo e a sociedade: “A função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade” (Park, 2008, p. 69).

Kovach e Rosenstiel (2001) também buscavam entender o papel do jornalismo na sociedade. Por meio de entrevistas com mais de 100 jornalistas, eles definiram nove princípios que distinguem o jornalismo de outras formas de comunicação. Esses princípios incluem, entre outros, a primazia da busca pela verdade, a lealdade aos cidadãos e a disciplina de verificação.

Os autores enfatizam que, ao contrário de outras formas de informação e comunicação, a primeira responsabilidade do jornalismo é com a verdade (Kovach; Rosenstiel, 2001). No entanto, reconhecem que a verdade é um conceito subjetivo¹, o que exige que os jornalistas empreguem métodos de verificação e checagem para se aproximar o máximo possível dos aspectos e facetas que possam ser comprovados em um acontecimento.

Para os autores, portanto, a essência do jornalismo repousa na disciplina da verificação. É isso que o diferencia do entretenimento, propaganda, ficção ou arte. O entretenimento concentra-se no que dá mais prazer. A propaganda seleciona ou inventa fatos para persuadir. A ficção inventa cenários para chegar a uma versão daquilo a que chama verdade. A singularidade do jornalismo está em sua busca por apurar o que realmente ocorreu, ou seja, a verdade factível de checagem.

Os autores assinalam, então, que a missão do jornalismo, a única forma de narrar o mundo que busca chegar o mais próximo possível da verdade, deveria ser “manter-se leal, acima de tudo, aos cidadãos” e “fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (Kovach; Rosenstiel, 2001, p. 16). Ou seja, selecionar e repassar aquilo que garanta ao cidadão os subsídios para a garantia de seus direitos.

Nesse contexto, o jornalismo não é apenas um produtor de notícias, mas também um guardião dos princípios fundamentais que sustentam uma sociedade informada e democrática.

2.1 Mediação qualificada e seus indicadores

Oliveira (2016; 2018; 2019; 2020) entende o jornalismo como uma forma qualificada de representar o mundo, uma vez que produz, enquanto um campo social, um certo tipo de conhecimento específico “entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade” (Oliveira, 2016, p. 25). Esse conhecimento específico é ancorado em uma formação, teoria e métodos próprios, como a

¹ A filosofia da linguagem também reforça o entendimento de que não conseguimos alcançar a totalidade de um fato, mesmo se quisermos. Um acontecimento é um objeto manifestado para a sociedade a partir de diversos signos (Santaella, 2008). Os signos são interpretados pelas pessoas de formas singulares, a partir do contexto social e *background* que cada pessoa carrega (Oliveira; Stefenon; Ozorio; 2020). Porém, apesar dos jornalistas não terem como atingir o objeto/acontecimento em sua completude, é possível chegar, a partir de investigação e checagem, ao máximo de facetas possíveis dele - isso é chamado de verdade verificável.

objetividade e imparcialidade (Oliveira, 2019; Oliveira; Nickel; Kalsing, 2020; Oliveira; Pastl; Garcia, 2021).

O entendimento de que informar não é o mesmo que informar jornalisticamente também é compartilhado por Reginato (2016). Segundo a autora, existem 12 grandes finalidades do jornalismo que acabam por o diferenciar de outras maneiras de comunicar fatos. Segundo a autora, o jornalismo não necessariamente precisa exercer todas essas finalidades em uma única matéria, uma vez que todas as finalidades estão intrinsecamente interconectadas. No entanto, é crucial que o jornalismo busque constantemente atender a essas finalidades, porque elas são fundamentais para a sua legitimação em sociedade.

De acordo com Reginato (2016), caso o jornalismo não se empenhe em cumprir suas funções sociais, ele pode, em última instância, perder sua identidade como jornalismo, uma vez que são essas características que o definem como tal. Entre as finalidades estão: informar de modo qualificado; investigar; verificar a veracidade das informações; interpretar e analisar a realidade; fazer a mediação entre os fatos e o leitor; selecionar o que é relevante; registrar a história e construir memória; ajudar a entender o mundo contemporâneo; integrar e mobilizar as pessoas; defender o cidadão; fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.

Nesta monografia, focaremos em duas finalidades: informar de modo qualificado, e mediação entre os fatos e o leitor. A primeira e principal finalidade, que serve como base para todas as outras, é informar de modo qualificado. Quando o jornalismo não consegue atender a essa finalidade, todas as outras funções acabam sendo comprometidas.

Para que uma informação seja considerada qualificada, é necessário que ela atenda a certos critérios. Para isso, primeiramente, a informação deve ser verificada, garantindo a precisão e a correta redação dos elementos da notícia, como termos, nomes, datas e locais. “Elementos que não podem ser menosprezados, pois são fundamentais para a credibilidade jornalística” (Reginato, 2020, p. 48).

Além disso, a informação deve ser relevante, ou seja, o jornalista deve filtrar o que merece destaque e hierarquizar os ângulos a serem explorados. Os leitores confiam no jornalismo para esta seleção criteriosa dos elementos que compõem

uma notícia, acreditando que aspectos importantes para a compreensão do fato não serão deixados de lado.

Para a autora, a informação ser qualificada ela também deve ser contextualizada. A contextualização vai além da simples disponibilização de informações. Representar o mundo como um caos confuso e desordenado não fornece o necessário para que o leitor consiga, efetivamente, compreender o acontecimento. Os eventos precisam ser identificados e situados em um contexto social para que o público compreenda o significado e a relevância desses acontecimentos.

A excelência da informação jornalística demanda também pluralidade. Segundo Karam (1997), conforme referenciado por Reginato, o jornalismo deve incorporar uma variedade de fontes para refletir a ampla diversidade de significados que existem no mundo, um aspecto crucial para o direito social à informação. Além disso, inspirada nos estudos de Lago (2010), a autora ressalta que adotar uma abordagem inclusiva permite a compreensão e acolhimento de perspectivas diversas daquelas geralmente projetadas pelos meios de comunicação, tornando o jornalismo mais representativo e inclusivo.

Por fim, para cumprir sua função primordial, que é informar qualificadamente a sociedade, o jornalismo deve trazer informações de forma envolvente. Para isso, o jornalista precisa empregar técnicas narrativas não apenas na redação textual, mas também nos elementos visuais que contribuam para a narrativa, como fotografias, ilustrações e infográficos. É necessário que essas informações sejam apresentadas de forma clara e original, de modo a cativar o leitor, mesmo quando o tema abordado seja complexo (Reginato 2020, p. 49).

A outra finalidade, fazer a mediação entre os fatos e o leitor, estabelece que é papel do jornalismo adaptar seu discurso especializado em uma linguagem acessível a diferentes públicos, assim como escolher a melhor forma de fundamentar a informação para o leitor. Isso demanda que o jornalista apresente a informação de forma didática, clara, faça boas escolhas de fotos, infografia e de linguagem.

Nota-se, portanto, que para que o jornalismo consiga manter sua mediação qualificada acerca dos acontecimentos da esfera pública, ele deve incorporar na sua rotina critérios e métodos de qualificação da informação - como tornar as matérias mais acessíveis, envolventes, relevantes, contextualizadas e plurais.

2.2 Uma ferramenta para a cidadania

O acesso à informação desempenha um papel crucial no exercício da cidadania e na promoção da participação democrática. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada em 1948, estabelece o direito à informação como algo necessário para garantir a dignidade humana (ONU, 1948). Os Direitos Humanos, conforme estabelecidos na DUDH, são considerados universais e inalienáveis, ou seja, que devem ser aplicados de maneira igualitária a todas as pessoas, sem distinção de qualquer natureza.

O artigo 19 da declaração estabelece que "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras" (ONU, 1948, p. 09). Reforçando essa ideia, o inciso II, da Constituição Brasileira, que aborda as garantias e direitos fundamentais de todos os brasileiros, esclarece em seu artigo XIV que "é assegurado a todos o acesso à informação" (Brasil, 1988, s.p.).

Esses dois documentos, considerados bases dos direitos básicos humanos, destacam a importância da informação, sem quaisquer tipos de barreiras, para assegurar a participação de um cidadão de forma plena na sociedade.

Na mesma linha, Travancas (1993) argumenta que o jornalismo, na medida que fornece informações, torna o cidadão participante ativo da esfera social: "Não há cidadão sem conhecimento, é este que torna o indivíduo um cidadão, na medida em que as informações lhe possibilitam escolhas, avaliações e participação na sociedade. Sem isso, sua atuação ficaria restrita ou seria inexistente" (Travancas, 1993, p. 107).

Bucci (2000) também sustenta que o bom jornalismo tem o poder de provocar transformações profundas na sociedade, fortalecendo a democracia e fomentando a participação igualitária de todas as parcelas da sociedade.

O efeito político do bom jornalismo é o fortalecimento da democracia: esta é a sua causa nobre. Por isso o jornalismo é, ou deve ser, ou deve-se esperar que seja, um fator de educação permanente do público – um fator de combate aos preconceitos, sejam eles quais forem. [...] Ele se constrói no diálogo crítico da cidadania [...] (Bucci, 2000, p. 49, apud Reginato, 2016, p. 45).

Lago (2010) colabora com as discussões sobre cidadania e jornalismo ao acrescentar que a informação jornalística só pode desempenhar efetivamente seu

papel democrático quando incorpora a alteridade e a pluralidade. O jornalismo, segundo ela, deve conhecer e representar o "Outro" - aqueles historicamente excluídos pela mídia, como as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a responsabilidade social do jornalismo, relacionada aos valores do interesse público, democracia e cidadania, só pode ser plenamente alcançada quando a alteridade é incorporada. Isso implica ao jornalista e às empresas de jornalismo adotarem uma perspectiva inclusiva que permita compreender e acolher distintos públicos.

No Artigo 6º, Inciso XI do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, tem-se como dever de jornalistas: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias” (Fenaj, 2007, p. 5).

Esse trecho impõe à práxis jornalística a reflexão e atuação ativa em favor dos direitos humanos e cidadania de todas as pessoas, inclusive grupos sistematicamente marginalizados (Bonito, Santos e Beilfuss, 2017). Esse recorte, claro, engloba pessoas com deficiência visual.

Percebe-se, portanto, que o jornalismo atua na sociedade como uma ferramenta de ampliação da cidadania e dos direitos humanos. Para que esse poder democrático alcance e beneficie todas as camadas da sociedade, no entanto, é preciso que o jornalismo passe a se preocupar em incluir todas as pessoas na sua agenda de produção e distribuição de notícias.

2.3 Webjornalismo: as características desse modo de contar o mundo

*“O poder da Web está em sua universalidade. Acesso para todos, independente da deficiência, é um aspecto essencial.”
(Tim Berners-Lee, 2004).*

O webjornalismo, surgido na década de 1990, trouxe consigo promessas de democratização de acesso à informação e potencialidades para transformar o sistema tradicional de produção e distribuição de notícias. No entanto, o seu estabelecimento enfrentou desafios, como a baixa disponibilidade de conexão com a internet, a necessidade de qualificação profissional e altos investimentos (Canavilhas, 2006).

Apesar dos obstáculos iniciais, à medida que o jornalismo se expandiu para os espaços virtuais mediados pela internet, ele ganhou oportunidades adicionais para alcançar públicos que anteriormente não eram completamente atendidos pelos formatos tradicionais. Além disso, pôde incorporar elementos que anteriormente não eram viáveis nos produtos jornalísticos. Com a introdução do webjornalismo, "as notícias passam a ser produzidas com recurso a uma linguagem constituída por palavras, sons, vídeos, infografias e hiperligações, tudo combinado para que o utilizador possa escolher o seu próprio percurso de leitura (Canavilhas, 2001, p. 2).

Uma abordagem para pensar o jornalismo desenvolvido na internet é categorizá-lo em diferentes gerações. De acordo com Mielniczuk (2003), o webjornalismo passou por três fases distintas de desenvolvimento ao longo do tempo. A primeira fase, denominada de "fase da transposição", foi caracterizada pela simples replicação de conteúdo de jornais impressos no ambiente da internet. Não havia recursos como hiperligações, customização ou acessibilidade. Nesse estágio, as notícias eram atualizadas conforme a versão impressa, a cada 24 horas, e a narrativa jornalística permanecia inalterada.

A segunda fase, conhecida como "fase da metáfora", introduziu elementos como e-mails para comunicação entre jornalistas e leitores, fóruns de debate e seções de últimas notícias (Machado; Palacios; 2003). Ainda havia uma forte ligação com o jornal impresso, tanto em termos de produto quanto de credibilidade do veículo.

Na terceira fase, chamada de "fase do webjornalismo", os sites de notícias deixaram de ser simples versões digitais de jornais impressos e passaram a ser criados especificamente para a web. Isso permitiu a incorporação de recursos multimídia, maior interatividade por meio de chats, enquetes e fóruns de discussão, personalização do conteúdo segundo as necessidades do usuário, uso de localidade, a utilização do hipertexto de forma mais profunda na narrativa jornalística, a instantaneidade e a experiência de uma navegabilidade mais profunda.

Barbosa (2008) contribui com a conceituação das fases do webjornalismo ao definir uma quarta fase: a de jornalismo de base de dados. Nesta fase, algumas das características são:

[...] consolidação das bases de dados como estruturantes da atividade jornalística e como agentes singulares no processo de convergência jornalística; equipes mais especializadas; desenvolvimento de sistemas de

gestão de conteúdos (SGC) mais complexos e baseados preponderantemente em softwares e linguagens de programação com padrão open source, formato XML (eXtensible Markup Language), algoritmos; acesso expandido por meio de conexões banda larga; proliferação de plataformas móveis; consolidação do uso de blogs; ampla adoção de recursos da Web 2.0; incorporação de sistemas que habilitam a participação efetiva do usuário na produção de peças informativas; produtos diferenciados criados e mantidos de modo automatizado; sites dinâmicos; narrativas multimídia [...]. (Barbosa, 2008, p. 9).

Segundo Barbosa (2013), já é possível falar em uma quinta fase do webjornalismo. Nessa, as mídias móveis, especialmente smartphones e tablets, são os novos agentes que reconfiguram a produção, publicação, distribuição, circulação, o consumo e a recepção de conteúdos jornalísticos na internet (Barbosa, 2013, p. 42).

Outra maneira de definir e distinguir o webjornalismo é por meio da análise das suas características singulares. Canavilhas (2014), ao sintetizar as teorias de pesquisadores de diversos países, incluindo nomes como Ramón Salaverría, Alejandro Rost, Marcos Palacios, Paul Bradshaw, Mirko Lorenz e John V. Pavlik, identificou sete atributos que marcam a diferença entre o jornalismo praticado na *web* e em outros meios de comunicação. Esses elementos incluem a hipertextualidade, multimídia, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade. Cada característica é subdividida em um capítulo da obra.

Segatto (2015) entende a multimídia como um dos caminhos para a promoção da acessibilidade de informações na internet. De acordo com Salaverría, conforme referenciado por Wobeto (2023), este conceito postula que os seres humanos entram em contato com o mundo a partir dos cinco sentidos: “Construímos a nossa representação da realidade encaixando as peças de informação que vamos recebendo simultaneamente mediante os nossos sentidos corporais (...) a comunicação humana é multimídia” (Salaverría, 2014, p. 25 apud Wobeto, 2023, p. 34). Assim, os seres humanos não apenas recebem a informação por meio de diferentes formatos e sentidos, mas também se comunicam dessa maneira.

Na internet, a multimídia busca reproduzir potencialmente e teleologicamente - porque não engloba sentidos como olfato e paladar, por exemplo, - esse padrão de comunicação. O webjornalismo explora, a partir da multimídia, elementos verbais e não verbais em uma mesma mensagem informativa, como textos, fotos, vídeos, sons, gráficos, animações etc.

Segundo Segatto (2015), a multimídia, ao possibilitar a tradução da mesma informação em diferentes formatos e sentidos, garante o acesso dessa informação para mais públicos, representando um passo em direção à promoção da acessibilidade no webjornalismo.

Colaborando com a obra já consagrada que estabelece características que marcam a diferença do webjornalismo, Bonito (2016) propõe o acréscimo de uma nova característica do jornalismo digital: a acessibilidade comunicativa:

O conceito deve ser compreendido como elemento essencial dos conteúdos jornalísticos digitais, por se tratar de uma característica técnico-conceitual fundamental para promover o respeito ao Direito Humano à comunicação e a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência (Bonito, 2016, p. 191).

Dentre os elementos necessários para a conceituação da oitava característica, a Acessibilidade Comunicativa, Bonito destaca os seguintes: audiodescrição, *closed caption* (legenda oculta), legenda em contraste, janela de tradução em Libras, personalização/customização de tamanho de letra e contraste de cores na tela. O autor explica que esses formatos “podem ser disponibilizados tecnologicamente em ambientes da *web*, sem requerer nenhuma grande inovação tecnológica, bastando-se apenas adequação e disponibilização de recursos já existentes” (Bonito, 2016, p. 191).

Estes recursos acessíveis estão relacionados à construção do discurso e da narrativa webjornalística e interferem diretamente na compreensão do conteúdo exposto. Dizem respeito à capacidade do conteúdo jornalístico de contemplar, também em suas formas, a amplitude das diversidades de tipos de conteúdos para as pessoas com deficiência visual, auditiva ou cognitiva, atendendo assim as lógicas do Desenho Universal nas dinâmicas do processo comunicacional. É importante ressaltar que, no que tange os conteúdos webjornalísticos, a "Acessibilidade Comunicativa" deve ser parte da gênese da pauta, para que seja planejada, contemplada e desenvolvida conjuntamente com as demais características, evitando assim que os conteúdos, depois de prontos, sejam adaptados às necessidades das pessoas com deficiência (Bonito, 2016, p. 191).

Num mundo cada vez mais digital e interconectado, o webjornalismo desempenha um papel fundamental na democratização do acesso à informação. Ao longo de sua evolução, ele abraçou características essenciais, como hipertextualidade, multimídia, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade, buscando atender às crescentes demandas do público online.

Tendo isso em vista e seguindo a linha de estudos de acessibilidade no webjornalismo desenvolvido por Bonito (2016), acreditamos que uma característica

fundamental a ser incorporada ao jornalismo digital é a acessibilidade. Tanto os dispositivos tecnológicos quanto a infraestrutura da internet, bem como as páginas e o conteúdo jornalístico, devem aderir rigorosamente às diretrizes de acessibilidade. Isso é fundamental para garantir que todas as pessoas possam desfrutar plenamente do direito à informação.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: SUJEITOS, CIDADÃOS E SEUS DIREITOS NA SOCIEDADE DIGITALIZADA

“A comunicação como um direito humano e o direito de cada um se comunicar são questões ainda não entendidas como estruturantes. São vistas como algo “poético”, “acessório”, o que faz com que este se torne um espaço ideal para se praticar a discriminação. Por isso, entender a acessibilidade na comunicação exige mais reflexão, formas diferenciadas de sinergia e novas formas de ação, porque é uma área pouco entendida como prioritária para a inclusão de pessoas com deficiência”
(Cláudia Werneck, 2006)

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou mental, ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (ONU, 2006). Existem doenças que, embora não estejam enquadradas como deficiência, podem produzir direta ou indiretamente graus de limitação variados, como os distúrbios de fala, da linguagem ou comportamentais e os transtornos orgânicos.

O Relatório Mundial sobre Deficiência de 2012, emitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), revela que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo, aproximadamente um em cada sete habitantes do planeta, têm algum tipo de deficiência (OMS, 2011). No Brasil, o último dado sobre o assunto foi divulgado pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012. O dado indica que 23,9% da população do país possui algum tipo de deficiência. A deficiência visual foi a que mais apareceu entre as respostas dos entrevistados, chegando a 35,7 milhões de pessoas. Ainda de acordo com o estudo, 18,8% dos entrevistados afirmaram ter dificuldade para enxergar, mesmo com óculos ou lentes de contato².

A deficiência visual está inserida na categoria de deficiências sensoriais, que se refere à total ou parcial incapacidade de um ou mais dos cinco principais sentidos - audição, paladar, visão, olfato e tato (TRE-CE, 2022). As deficiências visuais podem ser congênitas ou adquiridas ao longo da vida. Podem ser causadas por fatores fisiológicos, neurológicos e oftalmológicos (TRE-CE, 2022).

A deficiência visual pode ser classificada por meio de duas “escalas oftalmológicas: acuidade visual, aquilo que se enxerga a determinada distância, e o

² Confira uma reportagem à época que detalha esses dados: <https://bit.ly/48sHtn1>

campo visual, a amplitude da área alcançada pela visão” (Conde, 2012, apud Navarro, 2012, p. 9). No Brasil, o Decreto 3.298/99, define deficiência visual como:

(...) cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Brasil, 2004, s.p.).

Em 2021, a Lei Amália Barros (14.126/21) estabeleceu a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. A lei permitiu que a pessoa que enxerga com apenas um olho também tenha os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), conforme referenciado por Brasil (2021), a visão monocular é caracterizada quando a pessoa tem visão igual ou inferior a 20% em um dos olhos, enquanto no outro mantém visão normal (Brasil, 2021, s.p.).

Segundo critérios médicos e legais, a avaliação da acuidade visual comumente utiliza o Teste de Snellen. Este teste é bastante conhecido e integra a avaliação oftalmológica básica realizada na maioria das clínicas. Trata-se de uma tabela composta por símbolos em diversos tamanhos, dispostos em linhas. O teste inicia com símbolos grandes e termina nos pequenos.

Para obter o valor da acuidade visual, o médico realiza uma fração. O primeiro número representa a distância que existe entre o quadro e o paciente, e o segundo, a linha mais pequena de letras que o paciente consegue ler. A visão normalmente é avaliada a uma distância de 20 pés, cerca de seis metros.

Uma visão de 20/20, por exemplo, é considerada como 100% de acuidade, indicando que, estando a seis metros de distância do objeto, a pessoa consegue enxergá-lo com uma capacidade considerada “normal” (Saúde, 2017).

Tabela 1 - Equivalência das escalas do teste de Snellen

Snellen	Decimal	% de visão
20/20	1,0	100
20/22	0,9	98,0
20/25	0,8	95
20/29	0,7	92,5
20/33	0,6	88,5

20/40	0,5	84,5
20/50	0,4	76,5
20/67	0,3	67,5
20/10	0,2	49,0
20/20	0,1	10,0
20/40	0,05	10,0

Fonte: 1º Seminário Sobre Saúde Do Trabalhador Com Deficiência Na Indústria Da Construção Pesada, 2012.

3.1 Um contexto histórico e social

Segundo Bonito (2016), a história, contexto social e evolução política das Pessoas com Deficiência Visual (PDV) no Brasil segue a mesma trajetória das pessoas com demais deficiências. De acordo com Maior (2020), desde os primórdios da existência humana as pessoas apresentam uma diversidade intrínseca à humanidade, evidenciada, por exemplo, na distinção entre homens e mulheres e nas diferentes fases do ciclo da vida.

Essas distinções podem influenciar e impor a uma pessoa uma série de limitações no desempenho de atividades cotidianas. Ao longo da história, a sobrevalorização da capacidade física, sensorial e cognitiva presente na sociedade vem gerando uma série de consequências às pessoas com deficiências. Entre elas estão: a exclusão, a segregação, o preconceito, a discriminação e a desvalorização de suas existências.

Na Antiguidade, por exemplo, as crianças com deficiências eram abandonadas para a morte (Aranha, 1979; Pessotti, 1984). Essa prática deixou de ser realizada na Idade Média, com o advento do Cristianismo, quando se formou a concepção de que as pessoas com deficiência eram humanas, já que também possuíam alma. Com a Inquisição Católica e a Reforma Protestante, no entanto, a concepção acerca das pessoas com deficiências variou em razão das concepções teológicas de pecado (Pessotti, 1984, p.12). A deficiência passou a ser atribuída aos desígnios divinos e à possessão pelo demônio. A atitude principal da sociedade com relação à pessoa com deficiência era de intolerância e de punição, representada por aprisionamentos, torturas, açoites e outros castigos severos.

A Revolução Burguesa, no final do século XV, foi marcada por uma transformação da visão tradicional da sociedade e do homem, rompendo com o domínio clerical. Essa revolução acompanhou mudanças no sistema de produção. Com isso, pessoas com deficiência passaram a ser vistas como indivíduos não produtivos e como um ônus para a sociedade em termos de sustento. Com o avanço da Medicina, a abordagem a respeito das deficiências se deslocou da teologia para as questões médicas. Assim, passaram a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, que, mais do que tratar, focavam em confinar essas pessoas, gerando, assim, uma segregação (Aranha, 1995).

Com o passar dos séculos e com a consolidação do capitalismo, a noção de individualidade ganhou força. Os indivíduos passaram a ser vistos como essencialmente diferentes, legitimando as noções de desigualdade. A não produtividade continuava sendo vista como negativa. Nos séculos XVII e XVIII, multiplicaram-se as leituras de deficiência enquanto fenômeno, especialmente nas áreas médica e educacional, gerando algumas transformações: desde a institucionalização em conventos e hospícios até o ensino especial. No entanto, essas medidas promoviam a exclusão social, na medida em que esses indivíduos normalmente eram relegados a esses espaços.

No século XX, implantou-se o capitalismo moderno. Nesta época, multiplicaram-se as leituras de deficiência. Em razão dos feridos e das dificuldades geradas pelas guerras mundiais e outros conflitos, surge um maior foco em reabilitar os feridos em campo de batalha e um diálogo maior sobre os direitos das pessoas com deficiência. Elas são inseridas no mercado de trabalho devido à escassez de mão de obra (Aranha, 1995).

Segundo Maior (2020), emerge neste século também o modelo biomédico da deficiência. Esse modelo encarava a deficiência como uma incapacidade a ser superada, como consequência de uma doença ou acidente, que demandava tratamento para habilitação ou reabilitação para uma possível “cura”. Esse modelo focalizava as limitações funcionais da pessoa e desconsiderava o contexto social a que aquele indivíduo estava submetido.

O modelo biomédico propunha uma integração da pessoa com deficiência à sociedade, em que os esforços para a participação na sociedade eram conduzidos pela pessoa e sua família, sem a provocação de mudanças na sociedade. As políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência eram isoladas e

frequentemente limitadas aos setores de saúde, assistência e educação - em escolas segregadas.

Muitos pesquisadores, assim como Maior (2020), consideram que o modelo biomédico da deficiência seja responsável pela resistência da sociedade em entender que é necessário que suas estruturas da sociedade mudem para englobar as pessoas com deficiência de forma plena (Sasaki, 2003).

A partir da década de 1960, em contraposição a esse modelo meramente biológico, emergiu o novo modelo social da deficiência. Ele surge em meio a consolidação dos estudos sobre deficiência e do movimento de reivindicação de direitos, da luta contra a opressão e pela liderança ativa das pessoas com deficiência (Diniz, 2009, apud Maior, 2020, p. 2). No modelo social, as pessoas com deficiência são reconhecidas como sujeitos de direitos, com autonomia e independência para tomar suas próprias decisões, contando com apoios sociais.

Diferentemente do modelo anterior, o modelo social visa transformar as condições sociais por meio de políticas públicas inclusivas, retirando, assim, a responsabilidade por promover a acessibilidade dos indivíduos e das famílias, transpondo para as diferentes instâncias da sociedade que deveriam, efetivamente, conduzir essas transformações.

Conforme Sasaki (2003), referenciado por Maior (2020), no modelo social da deficiência, cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais, permitindo que as pessoas tenham acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários para seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

3.2 Quando falamos sobre acessibilidade, o que estamos dizendo?

A acessibilidade representa o direito que viabiliza e potencializa todos os demais direitos das pessoas com deficiência, desempenhando um papel crucial na efetiva inclusão e participação destes desses cidadãos na sociedade. No contexto brasileiro, a acessibilidade diz respeito à busca de condições que assegurem a utilização segura e autônoma de todos os espaços e recursos, tanto de forma independente como com assistência, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No país, a acessibilidade é definida, portanto, como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, s.p.).

Para Sasaki (2009), considerado “pai da inclusão” no Brasil, existem seis dimensões da acessibilidade:

- a) Arquitetônica: diz respeito ao acesso e participação plena de ambientes físicos, ou seja, sem barreiras e com infraestrutura pensada em pessoas com diferentes deficiências;
- b) Comunicacional: se refere às diferentes formas de expressão e transmissão de informações, abrangendo desde a comunicação presencial até a escrita, assim como a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais. Nos dias atuais, a acessibilidade digital é parte essencial dessa dimensão;
- c) Metodológica: relacionada a instruções baseadas em novos conceitos de aprendizagem e métodos de ensino, assim como instrução para a participação plena de todos os alunos;
- d) Instrumental: aplicada à adequação de aparelhos e equipamentos tecnológicos e analógicos para garantir que sejam acessíveis no uso cotidiano, abrangendo desde ferramentas simples até computadores e dispositivos modernos;
- e) Programática: envolve a eliminação de barreiras invisíveis presentes em textos normativos, como políticas e manuais, garantindo que esses documentos promovam a inclusão e a acessibilidade;
- f) Atitudinal: essa dimensão concentra-se na eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, incentivando a conscientização e a promoção de convivência respeitosa entre todas as pessoas.

Nesta monografia, lançamos mão do conceito de acessibilidade comunicacional postulado por Sasaki para mobilizar os objetivos pretendidos, além de entender a acessibilidade atitudinal como mais um fator para o não estabelecimento de certos parâmetros de acessibilidade em sites de jornalismo.

3.3 Existentes e ineficientes: as principais leis de acessibilidade comunicacional no Brasil

O Brasil é considerado um dos países mais avançados no que diz respeito à legislação para as Pessoas Com Deficiências (PCD). Até 2020, eram 40 leis, três normas constitucionais, uma lei complementar e 29 decretos, além de quatro portarias que regulamentam as regras e procedimentos para esse grupo social. Porém, essa legislação robusta é considerada pela comunidade PCD e por pesquisadores como invisível, uma vez que não é aplicada com rigor e tampouco fiscalizada. Essa falta de comprometimento entre os administradores públicos, juristas e legisladores faz com que as pessoas com deficiência sigam sofrendo diferentes tipos de discriminações e negações de direitos. Feita essa ressalva, apresentaremos agora uma linha do tempo com os principais marcos legais sobre acessibilidade comunicacional no país.

A primeira norma importante é a Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962, que oficializa as convenções Braille para a escrita e leitura de pessoas cegas (Brasil, 1962, s.p.). Posteriormente, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras³ de deficiência ou com mobilidade reduzida” (Brasil, 2000, s.p.). Ela foi promulgada como a primeira legislação integralmente direcionada à acessibilidade.

Essa lei estabeleceu que não deveria haver mais “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, seja ou não de massa” (Brasil, 2000, s.p.). Fica estabelecido nesta lei que o Poder Público deve promover a eliminação de barreiras na comunicação. A norma dita que serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens devem se ajustar à acessibilidade. A partir disso, a presença da linguagem de sinais, profissionais intérpretes e outras formas de tradução passam a ser incentivadas pela legislação brasileira (Brasil, 2000, s.p.).

³ Esse termo não deve ser usado ao se referir a uma pessoa com deficiência. Nomenclaturas como “inválidos”, “incapacitados”, “defeituosos”, “deficientes”, “excepcionais”, “pessoas deficientes”, “pessoas portadoras de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais”, “pessoas especiais”, e “portadores de direitos especiais” não devem ser utilizadas, pois denotam juízo de valor e são vetores de capacitismo. A expressão correta é “pessoa com deficiência” e suas variações - pessoa cega, pessoa surda etc (Sassaki, 2002).

Em 2002, entrou em vigor a Lei nº 10.436, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua oficial no Brasil. Em 2004, foi instituído o Decreto Nº 5.296 com o objetivo de fortalecer as disposições da Lei 10.098, de 8 de novembro de 2000. Esse decreto introduziu modificações, estabelecendo que os projetos de natureza arquitetônica, urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, assim como a execução de obras com fins públicos ou coletivos, devem seguir as normas de promoção da acessibilidade estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Além disso, ressalta que os financiamentos de projetos com recursos públicos, assim como a outorga de concessões, permissões, autorizações e habilitações, também devem estar em conformidade com as normativas de acessibilidade (Brasil, 2004, s.p.).

Esse decreto tratou, em seu Artigo 47, sobre acesso à internet:

No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis (Brasil, 2004, s.p.).

No entanto, apesar de ter sido um esforço importante em direção à acessibilidade comunicacional, este decreto, restrito aos sites da administração pública, não é totalmente atendido, uma vez que há ainda uma infinidade de sites governamentais que não são acessíveis⁴.

Outra instrução normativa importante para a acessibilidade comunicacional é a nº 1 da Secretaria Geral da Presidência da República, de 2 de dezembro de 2005. Ela estabelece que, em pronunciamentos oficiais, a Janela de Libras deve ser usada, e, quando os recursos permitirem, deve haver também a subtítuloção por meio de legenda oculta e a descrição de cenas e imagens (Brasil, 2005, s.p.).

A Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), foi incorporada ao arcabouço legal brasileiro pelo Decreto nº 6.949 de 2009. Esse protocolo era facultativo e teve diferentes países como signatários. Ela enfatiza, entre outras coisas, a importância de promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias

⁴ A pesquisa mobilizada pelo movimento Web para Todos e que foi citada no começo desta monografia também analisou os sites de administração pública. De acordo com a pesquisa, apenas 0,34% dos sites governamentais, aqueles que possuem ".gov.br" no domínio, são acessíveis e passaram no teste promovido. Isso significa que 99,66% dos portais de prefeituras, Estados ou ministérios, por exemplo, não estão completamente acessíveis. Veja mais em: <https://bit.ly/47p0Tbg>

de informação e comunicação, incluindo a internet. A Convenção também define a comunicação como um termo que abrange, entre outros pontos, a visualização de textos, a comunicação tátil, os dispositivos de multimídia acessível, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados (Brasil, 2009, s.p.).

Em 2015 foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Essa lei abrange uma variedade de áreas, desde os direitos à saúde, educação e moradia até o acesso à informação e à comunicação. A LBI é uma das legislações mais completas em relação à acessibilidade no Brasil. Ela reforçou a obrigatoriedade de acessibilidade em produtos audiovisuais e nos sites da internet. Isso inclui sites de jornalismo.

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (Brasil, 2015, s.p.).

Além disso, no artigo 67, está posto que os serviços de radiodifusão, além de canais de comercialização virtual e anúncios publicitários, devem ter a subtítuloção por meio de legenda oculta, a janela com intérprete de Libras, também chamada de Caixa de Libras, e a audiodescrição (Brasil, 2015, s.p.). No capítulo III, que trata da Tecnologia Assistiva, o artigo 74 determina que é “garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (Brasil, 2015, s.p.).

O Marco Civil da Internet também trata da acessibilidade comunicacional. Em seu artigo 4º, inciso IV, lemos que:

A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção:
I - do direito de acesso à internet a todos;
II - do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos;
III - da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e
IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados (Brasil, 2014, s.p.).

O segundo capítulo do Marco Civil da internet destaca a acessibilidade como um dos direitos assegurados ao internauta, considerando suas diferentes características físicas, sensoriais e mentais. Por fim, em seu artigo 25º, a lei estabelece que a acessibilidade deve ser buscada pelos entes do poder público.

Art. 25. As aplicações de internet de entes do poder público devem buscar:

- I - compatibilidade dos serviços de governo eletrônico com diversos terminais, sistemas operacionais e aplicativos para seu acesso;
- II - acessibilidade a todos os interessados, independentemente de suas capacidades físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais, mentais, culturais e sociais, resguardados os aspectos de sigilo e restrições administrativas e legais (Brasil, 2014, s.p.).

Bonito (2015) destaca que, apesar das muitas normas, quase nenhuma é aplicada realmente pelo governo ou pelas empresas de comunicação. Portanto, são legislações invisíveis, pouco cobradas por governantes públicos e que muito fazem falta para as pessoas com deficiência.

3.4 Parâmetros para a comunicação digital eficiente

Para além do que postulam as leis, diversos documentos internacionais estabelecem diretrizes e normas de acessibilidade para a *web* a fim de evitar que barreiras em ambientes digitais se perpetuem. Muitos desses documentos têm como base as orientações do *World Wide Web Consortium* (W3C). O W3C é um consórcio internacional no qual organizações filiadas trabalham para desenvolver padrões para a qualidade na navegação na internet.

Um destes documentos é o *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), ou, em português, Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo Web. Elas são desenvolvidas e publicadas pela *Web Accessibility Initiative*, que faz parte do W3C. A versão brasileira do WCAG, atualizada para a versão 2.1 em junho de 2018, apresenta recomendações para melhorar a usabilidade da web não apenas para pessoas com deficiência, mas também para pessoas idosas e para os usuários em geral.

As recomendações de acessibilidade do WCAG são estruturadas em várias camadas, que incluem, por ordem de importância, princípios, diretrizes, critérios de sucesso e técnicas de tipo necessária e de tipo sugerida. No topo das WCAG, existem quatro princípios fundamentais: perceptível, operável, compreensível e robusto. Estes princípios fornecem a estrutura para criar um conteúdo acessível, que qualquer pessoa possa usar. Abaixo dos princípios estão 13 diretrizes, que fornecem objetivos básicos para tornar o conteúdo mais acessível aos usuários. Elas não são testáveis.

Cada diretriz é seguida por critérios de sucesso testáveis, que estabelecem requisitos específicos que devem ser cumpridos para atingir os objetivos de

acessibilidade definidos pelas diretrizes. Os critérios de sucesso são classificados em três níveis de conformidade: A, AA e AAA. O nível A corresponde ao mínimo de conformidade que deve ser alcançado. O AA é o nível intermediário de conformidade que pode ser alcançado. Ele atende os critérios do nível A e do nível AA. Já o AAA, é o nível mais sofisticado de conformidade que pode ser alcançado. Ele atende os critérios do nível A, nível AA e nível AAA.

Para cada critério de sucesso, existem técnicas para alcançá-los. Essas técnicas são divididas em duas categorias: as de tipo necessária, essenciais para atender aos critérios de sucesso, e as de tipo sugerida, que vão além do requisito mínimo. Estas últimas oferecem maneiras adicionais de melhorar a acessibilidade e podem abordar barreiras não cobertas pelos critérios de sucesso testáveis.

Tabela 2 - Resumo do WCAG 2.1

Princípio	Diretriz	Principais critérios de sucesso
<p>Perceptível</p> <p>Conteúdos devem ser apresentados de mais de uma forma, ou seja, não tenham apenas uma apresentação para todos os públicos.</p> <p>Ao incorporar diferentes elementos para a apresentação diferenciada para diferentes públicos, o site se tornaria perceptível para aqueles que estariam anteriormente impossibilitados de acessá-lo.</p>	<p>1.1 Alternativas em texto Forneça alternativas em texto para qualquer conteúdo não textual, de forma a que o mesmo possa ser apresentado de outras maneiras, de acordo com as necessidades dos utilizadores, como por exemplo: caracteres ampliados, braille, fala, símbolos ou linguagem mais simples.</p> <p>1.2 Mídia dinâmica ou contínua Fornecer alternativas para mídias baseadas em tempo.</p> <p>1.3 Adaptável Crie conteúdo que possa ser apresentado de diferentes modos (por exemplo um layout mais simples) sem perda de informação ou estrutura.</p> <p>1.4 Distinguível Facilite a visão e a audição do conteúdo aos utilizadores incluindo a separação do plano principal do plano de fundo.</p>	<p>1.2.3 Audiodescrição ou mídia alternativa (Nível A) A legendagem é fornecida para todo o conteúdo em áudio pré-gravado em mídia sincronizada, exceto quando a mídia é uma alternativa para texto e isso está claramente identificado.</p> <p>1.2.7 Audiodescrição alargada (Nível AAA) Quando pausas no plano de fundo áudio são insuficientes para permitir as audiodescrições que transmitem o significado do vídeo, é fornecido audiodescrição alargada para o conteúdo em vídeo pré-gravado existente na mídia sincronizada.</p> <p>1.4.1 Utilização da cor (Nível A) A cor não é usada como o único meio visual de transmissão de informação, indicação de uma ação, efetuar uma pergunta ou de distinção de um elemento visual.</p> <p>1.4.4 Redimensionar texto (Nível AA) Com exceção da legendagem e das imagens de texto, o texto pode ser redimensionado sem tecnologia de apoio até 200% sem perda de conteúdo ou</p>

		funcionalidade.
<p>Operável</p> <p>Este princípio se concentra na operabilidade de um site, ou seja, na garantia de que todos os usuários possam realizar operações no site sem encontrar barreiras de acesso.</p>	<p>2.1 Acessível por teclado Torne todas as funcionalidades disponíveis a partir do teclado.</p> <p>2.2 Tempo suficiente Proporcione aos utilizadores tempo suficiente para lerem e utilizarem o conteúdo.</p> <p>2.3 Convulsões e reações físicas Não conceba conteúdo de um modo que já seja conhecido por causar convulsões ou reações físicas.</p> <p>2.4 Navegável Forneça modos de ajudar os utilizadores a navegar, procurar conteúdo e a determinar onde estão.</p> <p>2.5 Modalidades de entrada Facilite a operação da funcionalidade aos utilizadores disponibilizando para além do teclado diversas modalidades de entrada.</p>	<p>2.1.3 Teclado (sem exceção) (Nível AAA) Toda a funcionalidade do conteúdo é operável através de uma interface de teclado sem obrigar intervalos de tempo específicos entre a digitação de cada tecla.</p> <p>2.4.2 Página intitulada (Nível A) As páginas web têm títulos que descrevem o tópico ou o propósito.</p> <p>2.4.3 Ordem do foco (Nível A) Se uma página web pode ser sequencialmente navegável e as sequências de navegação afetam o significado ou a operação, os componentes focáveis recebem o foco numa ordem que preserva o significado e a operabilidade.</p> <p>2.4.4 Propósito da hiperligação (em contexto) (Nível A) O propósito de cada hiperligação pode ser determinado através do texto da hiperligação, por si só, ou a partir do contexto dela.</p> <p>2.4.6 Cabeçalhos e botões (Nível AA) Os cabeçalhos e os botões descrevem o tópico ou o propósito.</p>
<p>Compreensível</p> <p>Enfoca a compreensibilidade do conteúdo textual dos sites a partir de práticas que tornam o conteúdo mais claro para os usuários.</p>	<p>3.1 Legibilidade Torne o conteúdo de texto legível e compreensível.</p> <p>3.2 Previsível Faça com que as páginas apareçam e operem de maneira previsível.</p> <p>3.3 Assistência na entrada Ajude os utilizadores a evitar e a corrigir os erros.</p>	<p>3.1.1 Idioma da Página (Nível A) A língua/linguagem humana (idioma) predefinida de cada página web pode ser programaticamente determinada.</p> <p>3.2.4 Identificação consistentes (Nível AA) As componentes que têm a mesma funcionalidade de um conjunto de páginas web estão identificadas consistentemente.</p>
<p>Robusto</p> <p>Concentra-se na codificação do site para garantir que ele seja compatível com uma variedade de tecnologias assistivas</p>	<p>4.1 Compatível Maximize a compatibilidade para com os agentes de usuários atuais e futuros, incluindo as tecnologias de apoio.</p>	<p>4.1.1 Análise Sintática (Nível A) No conteúdo implementado por meio de linguagens de marcação, os elementos têm tags de início e fim, os elementos estão encadeados de acordo com as suas especificações, os elementos não têm atributos duplicados e qualquer ID é único, excepto onde as especificações permitam estas características.</p>

Fonte: Adaptado do WCAG 2.1. Autora, 2024.

3.4.1 Recomendações para o jornalismo digital

Conforme apontado por Wobeto (2023), o principal estudo que propõe recomendações de acessibilidade para produções jornalísticas online é o relatório *Acessibilidade Jornalística: um problema que ninguém vê*. Este relatório, no entanto, foca apenas no consumo de conteúdo jornalístico para pessoas cegas e com baixa visão, deixando uma lacuna no que diz respeito aos outros tipos de deficiência.

O estudo em questão é um desdobramento da pesquisa de mestrado da jornalista Mariana Clarissa, realizada na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). O trabalho tinha como objetivo criar uma solução para ampliar a acessibilidade de sites jornalísticos para pessoas cegas ou com baixa visão. Para isso, a jornalista analisou a acessibilidade de sites jornalísticos especialmente do Nordeste do Brasil. E logo após, criou um protótipo de baixa fidelidade de um aplicativo curador e leitor de conteúdo adaptado às demandas das pessoas com deficiência visual (Marco Zero; Unicap, 2022).

A partir dessas informações, o relatório com recomendações foi posteriormente desenvolvido em parceria com o veículo de imprensa Marco Zero Conteúdo, de Pernambuco, e pela Unicap, com recursos da edição de 2021 do Google News Initiative (GNI) Innovation Challenge. O relatório é inspirado nos critérios do WCAG e propõe 13 diretrizes a serem seguidas pelos veículos de comunicação para que os conteúdos jornalísticos dispostos na internet estejam, efetivamente, acessíveis ao público em questão. Cada diretriz está dividida em um dos três níveis de acessibilidade também criados no trabalho.

Nível 1: garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:

- a1. o caminho até a matéria deve ser no máximo de 45 segundos;
- b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos;
- c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;
- d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;
- e1. todos os botões e links devem ser nomeados;

f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes (Marco Zero; Unicap, 2022, p. 48).

Nível 2: garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:

- a2. os vídeos e demais mídias devem interagir com fruição com os leitores de tela, com os botões devidamente identificados;
- b2. as imagens devem ser descritas;
- c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;
- d2. não deve haver excesso de publicidade sem acessibilidade (Marco Zero; Unicap, 2022, p. 48).

Nível 3: garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:

- a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;
- b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;
- c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluída para pesquisa (Marco Zero; Unicap 2022, p. 48).

Além desta publicação, que fornece recomendações práticas de como deve ser um site e os conteúdos de jornalismo para que todas as pessoas consigam usufruir do direito à informação, um outro guia foi desenvolvido pelo Marco Zero Conteúdo e pela Unicamp. Esta publicação, chamada *Por um Jornalismo acessível: manual de boas práticas para produção de conteúdo jornalístico acessível às pessoas com deficiência visual*, indica o vocabulário não capacitista para nomear estes indivíduos, além de apresentar explicações de como realizar audiodescrição.

3.5 Sobre os outros recursos

A acessibilidade demanda diferentes camadas e estratégias para efetivamente garantir à pessoa com deficiência a participação na sociedade. Dentro do escopo de ferramentas que colaboram para essa inclusão estão as Tecnologias Assistivas.

O termo "Tecnologia Assistiva" foi formalizado em 1998 como um elemento jurídico na legislação dos Estados Unidos. Segundo Bonito (2015), o conceito abrange um amplo conjunto de recursos e serviços que visam ampliar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência, promovendo autonomia e inclusão. A Tecnologia Assistiva engloba diversos recursos, que vão desde de uma rampa até um complexo sistema de automação de uma casa (Santos, 2020).

Dentro deste escopo encontram-se os leitores de tela, cujo principal objetivo é auxiliar pessoas com deficiência visual a utilizar computadores, celulares, tablets e outros dispositivos. Os leitores de tela convertem o conteúdo exibido nos dispositivos em formato de áudio, possibilitando a interação por meio de síntese de voz ou em braille, muitas vezes oferecendo ambas as opções simultaneamente.

Apesar da importância dos leitores de tela, muitos ambientes digitais carecem de acessibilidade, como a falta de descrições de imagens, vídeos e infografia, assim como a identificação de elementos da página. Isso faz com que o leitor, por vezes, não consiga identificar os elementos ou que realize uma leitura confusa para o usuário.

Outro recurso que auxilia na navegação de pessoas com deficiência visual pela internet são os ampliadores de tela. Eles aumentam o tamanho dos elementos visuais de um site, facilitando a visualização para pessoas com baixa visão. Diferentes dos leitores de tela que são softwares que precisam ser baixados antes da navegação, os ampliadores de tela tendem a ser adicionados nas páginas da web pelos próprios desenvolvedores. Assim, quando não há preocupação com a acessibilidade no desenvolvimento do site, muitos acabam por não possuírem essa opção.

4 CAMINHO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO SITE GZH

A complexa relação entre acessibilidade e jornalismo abre espaço para lacunas a serem investigadas em trabalhos científicos. As constantes inovações digitais demandam que não apenas jornalistas se atualizem e incorporem essas novidades na sua produção informacional, mas também que a academia busque mapear e explicar essas melhorias nas suas pesquisas científicas.

Pesquisadores devem voltar sua atenção para a forma como a evolução do jornalismo nas redes digitais pode impactar a obtenção de informações por parte dos leitores com deficiência visual. As transformações em curso têm potencial para gerar interferências no processo comunicacional, que é fundamentado na emissão e recepção de informações.

Como uma contribuição para esse cenário complexo de investigação, este trabalho busca entender, a partir de certos parâmetros, como o site de GZH, do Grupo RBS, tem incorporado práticas que promovam a acessibilidade ao informar jornalisticamente à sociedade.

Para isso, o trabalho propõe procedimentos metodológicos inspirados na tradição dos trabalhos do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-Line (GJOL). Trata-se de um conjunto de procedimentos metodológicos de caráter híbrido (Machado; Palacios, 2010), que a partir de uma triangulação metodológica, busca agregar evidências robustas do fenômeno estudado. Dessa forma, para responder todos os nossos objetivos de pesquisa, seis passos de pesquisa foram desenvolvidos. Veja na Figura 1.

Figura 1 - Procedimentos metodológicos

Diagrama mostra as seis etapas de investigação científica presentes nesta monografia. Cada etapa está disposta em uma caixa retangular de cor bege, numerada de um a seis. Do primeiro retângulo até o último aparecem: 1) formação de um arcabouço teórico e documental a respeito das melhores práticas de acessibilidade na internet; 2) estabelecimento de parâmetros que correspondem a um ideal de acessibilidade em sites jornalísticos; 3) sistematização, a partir dos parâmetros de acessibilidade em sites jornalísticos, de uma ferramenta mista de anotação de resultados; 4) análise manual de cinco páginas escolhidas de GZH a partir dos parâmetros estabelecidos; 5) com ferramenta de análise e resultados em mãos, a sistematização dos resultados; 6) inferência de boas

práticas de acessibilidade para o site de GZH. Ao lado esquerdo, um semicírculo verde tem os dizeres “procedimentos metodológicos” em seu interior.



Fonte: Autora, 2024.

As etapas um e dois foram, de formação de arcabouço teórico e documental, além de um estabelecimento de ideal de acessibilidade, foram apresentadas nos capítulos teóricos desta monografia. As demais etapas serão detalhadas a seguir.

O jornal escolhido para análise foi considerado após a pesquisa ter acesso ao ranking dos jornais digitais gaúchos mais lidos no mês de outubro de 2023 auditados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Os dados obtidos com exclusividade pela monografia apontam que, no Estado do Rio Grande do Sul, o jornal digital da Zero Hora (GZH), do Grupo RBS, lidera o número de circulação de usuários no site, com a média de 111.147 acessos semanais. Este é seguido pelo jornal Correio do Povo, com média de 24.669 acessos semanais. O terceiro jornal que aparece no ranking é o Pioneiro, também do Grupo RBS e hospedado no site de GZH, com média de circulação de 6.621 acessos semanais. Sendo o jornal digital do Rio Grande do Sul mais procurado, optou-se por entender como as dinâmicas de acessibilidade acontecem nesta referência do webjornalismo gaúcho.

O GZH, plataforma unificada de jornalismo do Grupo RBS, é resultado de uma convergência entre o jornal Zero Hora e a Rádio Gaúcha, dois importantes produtos do Grupo RBS. O projeto foi concebido em 2017, visando integrar esses dois produtos em um só lugar (Caberlon, 2022).

A Rádio Gaúcha, fundada em 1927, é uma das mais antigas e influentes rádios do Estado, alcançando atualmente mais de um milhão de ouvintes em Porto Alegre, sendo líder no segmento. Já o jornal Zero Hora, ativo desde 1964, é o quinto maior jornal do Brasil e o principal do Rio Grande do Sul (Caberlon, 2022). O site GZH, ao unir essas duas formas de mídia em um único lugar, busca proporcionar uma experiência integrada aos seus leitores e ouvintes.

4.1 Os indicadores

A etapa de elaboração de indicadores foi baseada no principal estudo que propõe recomendações de acessibilidade para produções jornalísticas online: *Acessibilidade Jornalística: um problema que ninguém vê*.

Como já tratado no capítulo 3, este estudo elencou 13 indicadores essenciais para que portais jornalísticos consigam ser acessíveis, em uso e conteúdo, para pessoas cegas e com baixa visão. Para a pesquisa, os critérios foram adaptados e refinados. Assim, os parâmetros utilizados no trabalho foram:

Tabela 3 - Indicadores da análise

NÍVEIS DE ACESSIBILIDADE	INDICADORES ORIGINAIS	INDICADORES ADAPTADOS PARA A MONOGRAFIA
Nível 1: garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível.	a1.o caminho até a matéria deve ser no máximo de 45 segundos;	a1. o caminho até o conteúdo deve ser no máximo de 45 segundos; <u>Neste critério, trocamos a palavra “matéria” por “conteúdo principal”, entendendo que nem todas as páginas escolhidas para análise são efetivamente de matérias.</u>
	b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos;	b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos (<u>o leitor deve ler sem problemas</u>);
	c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;	c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;
	d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;	d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;
	e1. todos os botões e links devem ser nomeados;	e1. todos os botões e links devem ser nomeados;

	f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.	f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.
Nível 2: garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos.	a2. os vídeos e demais mídias devem interagir com fruição com os leitores de tela, com os botões devidamente identificados;	a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados; <u>Mudamos a redação deste critério para ficar mais claro.</u>
	b2. as imagens devem ser descritas;	b2. as imagens devem ser descritas;
	c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;	c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;
	d2. não deve haver excesso de publicidade sem acessibilidade.	d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade. <u>Mudamos o grau de rigidez desse critério por entender que o ideal é que nenhuma publicidade pode estar sem publicidade.</u>
Nível 3: garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados.	a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;	a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;
	b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;	b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;
	c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluída para pesquisa.	c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluída para pesquisa.

Fonte: Marco Zero, 2022, adaptado. Autora, 2024.

Cada um destes critérios exige um parâmetro para sua análise. Isto é: precisa de uma sistematização que explique como esses indicadores serão mobilizados no site GZH para serem cientificamente aprovados ou reprovados por essa monografia. Assim, os parâmetros foram sistematizados da seguinte forma:

Tabela 4 - Parâmetros da análise

NÍVEIS DE ACESSIBILIDADE	INDICADORES ADAPTADOS PARA A MONOGRAFIA	PARÂMETRO PARA ANÁLISE
<p>Nível 1: garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível.</p>	<p>a1. o caminho até o conteúdo deve ser no máximo de 45 segundos;</p>	<p>Ao abrir a página em questão, um cronômetro deve ser acionado para registrar quanto tempo o leitor de tela levou para chegar até o conteúdo principal da página desde o momento em que a página terminou de carregar.</p>
	<p>b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos (o leitor deve ler sem problemas);</p>	<p>O leitor de tela não pode encontrar barreiras ao longo da navegação pela página. Botões não nomeados, bugs estruturais, travamentos em pontos específicos da página são considerados gargalos. Neste critério, consideramos que a leitura fluida e sem gargalos também deve englobar a navegação geral da página, ou seja, todos os outros critérios.</p>
	<p>c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;</p>	<p>Menus devem estar em português, além de serem de navegação simples e intuitiva. Para conferir isso, passamos o leitor de tela por ele e interagimos com os botões criados pelo menu em questão.</p>
	<p>d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;</p>	<p>Ao navegar pela página com o leitor, elementos não podem gerar uma sobreposição de janelas.</p>
	<p>e1. todos os botões e links devem ser nomeados;</p>	<p>Passar o leitor de tela em todos os botões e links da página para ver se todos estão nomeados. Quando houver alguma incoerência entre conteúdo e nomeação, detalhar na ferramenta de análise.</p>
	<p>f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.</p>	<p>Estes recursos devem existir no site e ser facilmente identificados pelo leitor de tela, correspondendo aos comandos do usuário.</p>
<p>Nível 2: garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este</p>	<p>a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;</p>	<p>O leitor de tela deve identificar as mídias, assim como os seus botões. Eles devem corresponder aos comandos de teclado sem problemas e estar nomeados corretamente e em português. Consideramos também que para ter</p>

<p>nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos.</p>		boa fruição com o leitor de tela o conteúdo em mídia deve apresentar alternativa em texto.
	b2. as imagens devem ser descritas;	O leitor de tela deve identificar textos alternativos ou descrições para todas as imagens presentes na página.
	c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;	Todo material em vídeo deve apresentar a opção de habilitar audiodescrição. Caso não haja essa opção, deve apresentar opções textuais que equivalam a audiodescrição, como legendas automáticas ou <i>closed caption</i> que sejam captadas pelo leitor de tela.
	d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.	As publicidades da página devem ter, no mínimo, a nomeação correta, que indique o propósito e empresa dela. Para analisar isso, passar o leitor de tela em todas as publicidades que aparecem na página.
<p>Nível 3: garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados.</p>	a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;	Não deve haver barreiras no preenchimento de formulários e o conteúdo requerido deve ser de fácil entendimento. O leitor de tela, assim como os comandos em teclado, devem rodar sem problemas e numa sequência lógica.
	b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;	O leitor de tela deve identificar apenas uma caixa de seleção para o respectivo comando, de forma a não causar confusões no usuário.
	c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluída para pesquisa.	A opção de busca deve ser identificada corretamente, em português, e funcionar aos comandos de teclado. Além disso, precisa estar localizada no topo do site.

Fonte: Autora, 2024.

Cada um destes parâmetros responde a outros quatro: atende, não atende, atende parcialmente e não se aplica. O primeiro significa que a página atendeu de forma satisfatória ao critério, conforme os parâmetros estabelecidos. O segundo,

que a página não correspondeu ao critério estipulado. O terceiro, que a página correspondeu ao critério, mas não totalmente. Isso significa que alguma parte do parâmetro não foi atendido. O último indicador significa que naquela página não há como analisar aquele critério, uma vez que ele não aparece nela.

Escolhemos conduzir a análise em quatro editorias de GZH que consideramos mais essenciais para orientação da vida em sociedade: Saúde, Educação, Economia e Política. Além disso, optamos por realizar também uma análise da homepage de GZH por entender que esta é a primeira página que o usuário encontra ao entrar no site. As análises foram conduzidas ao longo do dia 13 de dezembro de 2023. A escolha do dia se deu em razão do calendário acadêmico.

Dessa forma, quando abrimos o site de GZH em 13 de dezembro de 2023, selecionamos uma matéria de cada editoria para a análise, além de efetivamente realizarmos a análise. Os critérios para a escolha das matérias foram os seguintes:

Tabela 5 - Indicadores para a escolha das matérias

INDICADORES PARA A ESCOLHA DAS MATÉRIAS	PARÂMETROS PARA A ESCOLHA
Todas as matérias escolhidas para a análise devem estar na homepage de GZH	Entendemos que as matérias consideradas mais importantes dentro da produção jornalística são aquelas destacadas nas capas dos jornais - sejam elas digitais ou impressas
As matérias de cada editoria foram escolhidas conforme a posição na capa do site	Ou seja, se a manchete era de política, então, por mais que houvesse alguma outra matéria de política ainda na capa inicial, a manchete seria a nossa preferência para análise, porque ela é a considerada mais importante dentro daquele grupo seletivo de matérias. E assim por diante até a última posição da página inicial.
As matérias escolhidas devem apresentar uma variedade de recursos multimídia para análise	Todas as matérias devem ser escolhidas levando em consideração, em primeiro lugar, a posição na capa. E em segundo lugar, os recursos multimídia que possuem. Eles devem ser variados e, de preferência, ser diferentes daqueles das matérias já escolhidas. A primeira matéria escolhida foi a de manchete, logo ela que ela definiu os parâmetros que as outras matérias da análise deveriam ter. Ou seja, se ela era de política, então as demais deveriam ser das outras editorias. Se ela tivesse vídeo, as demais deveriam ter outros recursos multimídia que não fossem apenas vídeos. Dessa forma, todas as matérias foram cuidadosamente selecionadas para que cada uma apresentasse um novo elemento de análise. O objetivo desse parâmetro foi garantir a riqueza de análise do site.

Fonte: Autora, 2024.

A partir destes indicadores, quatro matérias foram escolhidas para a análise, além da homepage de GZH:

Tabela 6 - Matérias selecionadas

Página	Link	Título	Dia de acesso	Foi publicado em	Estava na página inicial?	Recursos multimídia
Homepage	https://gauchazh.clicrbs.com.br/	-	13/12	-	-	-
Matéria de política	https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2023/12/ao-vivo-ccj-do-senado-sabatina-flavio-dino-e-paulo-gonet-clq3mozxo000j014ww9kb8t1i.html	AO VIVO: CCJ do Senado sabatina Flávio Dino e Paulo Gonet	13/12	13/12	Sim, era manchete do site em grande parte do dia	Incorporação de vídeo do YouTube, ferramenta de transmissão de ao vivo, além de fotos
Matéria economia	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2023/12/ultima-reuniao-do-copom-no-ano-deve-confirmar-reducao-da-taxa-selic-para-1175-clq2sb1g1002q016xldujlpve.html	Última reunião do Copom no ano deve confirmar redução da taxa Selic para 11,75%	13/12	12/12	Sim, ficou abaixo da manchete ao longo da manhã e, ao longo do dia foi descendo para o fim da página progressivamente	Foto e infografia
Matéria de saúde	https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2023/12/bill-gates-elogia-sistema-de-saude-publica-do-brasil-outros-paises-podem-aprender-e-imitar-clq3mzk6x0005011wf3yvwjvs.html	Bill Gates elogia sistema de saúde pública do Brasil: "Outros países podem aprender e imitar"	13/12	13/12	Sim, apesar de não ter grande destaque, ficando no fim da página	Foto e texto

Matéria de educação	https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2023/12/o-que-muda-na-educacao-gaucha-com-a-aprovacao-de-quatro-projetos-na-assembly-legislativa-clq2w6jkh000g011w4xov9jbu.html	O que muda na educação gaúcha com a aprovação de quatro projetos na Assembleia Legislativa	13/12	12/12	Sim, ocupou espaço na coluna ao lado da manchete ao longo da manhã e, ao longo do dia foi descendo para o fim da página progressivamente	Foto e texto denso, com subdivisões
---------------------	---	--	-------	-------	--	-------------------------------------

Fonte: Autora, 2024.

Toda a análise foi conduzida com o apoio do leitor de tela NVDA. A escolha do leitor se deu porque ele é gratuito e amplamente usado pela comunidade de pessoas com deficiência visual. Além deste, vale destacar também que há uma série de leitores de telas disponíveis para uso, tais como Orca, Dosvox, Virtual Vision e Jaws.

4.2 Ferramenta mista de análise

Para a condução da análise do site de GZH, uma ferramenta mista de pesquisa foi desenvolvida. Trata-se de uma planilha⁵ composta por seis páginas, além de um documento de texto em que imagens e impressões foram registrados.

A primeira página da planilha apresenta as páginas analisadas de GZH, com a disposição dos dados gerais das publicações: link, título, quando o conteúdo foi acessado, quando foi publicado, se estava na página inicial do site e quais recursos multimídia apresenta. Ela foi anexada nesta monografia no subcapítulo anterior (Tabela 6).

A segunda página da planilha apresenta os resultados da análise de forma resumida. Apenas é dito se certa página atende, não atende, atende parcialmente ou não apresenta os 13 critérios estabelecidos. Da terceira a última página da planilha, apresentamos os resultados individuais de cada uma das páginas analisadas.

⁵ Acesse a planilha com resultados: <https://bit.ly/planilha-com-resultados>

As explicações da análise de cada página foram detalhadas no documento textual, onde também é possível conferir reproduções de telas e ser direcionado para vídeos que ilustram a navegação pelo site de GZH.

4.3 A análise

Agora, detalharemos a análise realizada a partir da ferramenta de texto:

4.3.1 Homepage GZH⁶

Nível 1 – Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:

a1. o caminho até o conteúdo principal deve ser no máximo de 45 segundos;

NÃO ATENDE. De acordo com a nossa navegação, o caminho até a primeira matéria levou 1 minuto e 41 segundos, ficando longe do limite ideal. O leitor ficou parado lendo por muito tempo, de forma recorrente, a imagem da primeira matéria (a de destaque da capa). O leitor leu 12 vezes o crédito da imagem até conseguir chegar ao título da matéria⁷. Esse tempo prolongado e a repetição frequente de leitura representam uma barreira à experiência eficiente do usuário, especialmente para pessoas que dependem de leitores de tela.

b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos (o leitor deve ler sem problemas);

NÃO ATENDE. A análise de toda a página inicial de GZH constatou um problema contínuo em relação à fluidez na leitura do site para usuários de leitores de tela. O principal problema encontrado se deu com as imagens em destaque em cada seção da página. Nestes, o mesmo problema identificado no tópico a1 se repete. O leitor de tela lê repetidamente o crédito da foto, gerando confusão e interrupções na navegação. A Figura 2 mostra como o código da página repete 13 vezes:

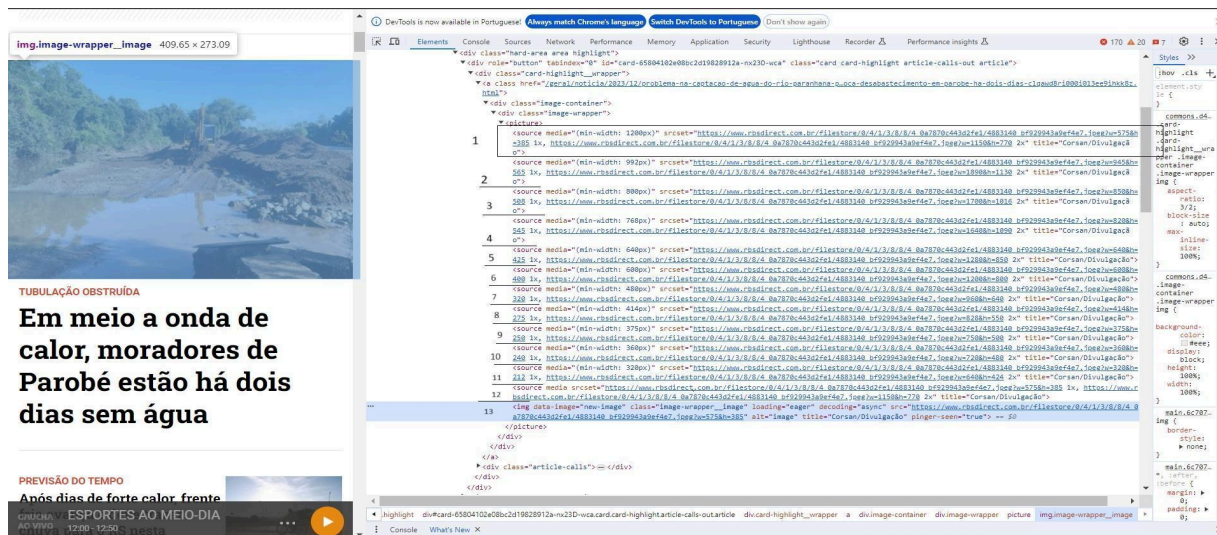
⁶ Acesse em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

⁷ Veja um vídeo que mostra como esse bug acontece:

https://drive.google.com/drive/folders/180_s9Y7Z9TGsaJXXOU7CarVlgfeSNGVg?usp=sharing

Figura 2 - Código fonte da página principal de GZH

Imagem mostra uma tela dividida ao meio. Na parte esquerda, uma imagem mostra uma estrada de chão alagada sendo desobstruída por um trator. Em baixo, a cartola da matéria "Tubulação obstruída", seguida pelo título "Em meio a onda de calor, moradores de Parobé estão há dois dias sem água". No lado direito da página, há a visualização dos códigos do elemento foto. A reprodução foi editada pela aluna, que adicionou números de 1 a 13 ao lado de cada vez que a imagem se repeta.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

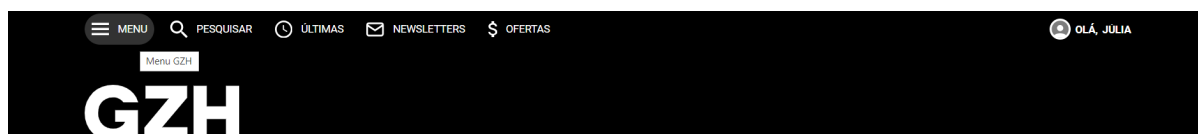
O mesmo problema foi identificado na seção de vídeos da página (ver tópico a2). Há problemas também na nomeação correta de botões, deixando o conteúdo confuso se lido a partir de leitor de tela (ver tópico e1). As publicidades presentes ao longo da página também são difíceis de entender se lidas com um leitor de tela por não possuírem nome ou descrição que explique seu propósito (ver tópico d2).

c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;

ATENDE. O menu presente na homepage de GZH é em formato de lista na parte superior esquerda da tela. Ela flui bem, está em português e tem navegação intuitiva.

Figura 3 - Menu superior da homepage de GZH

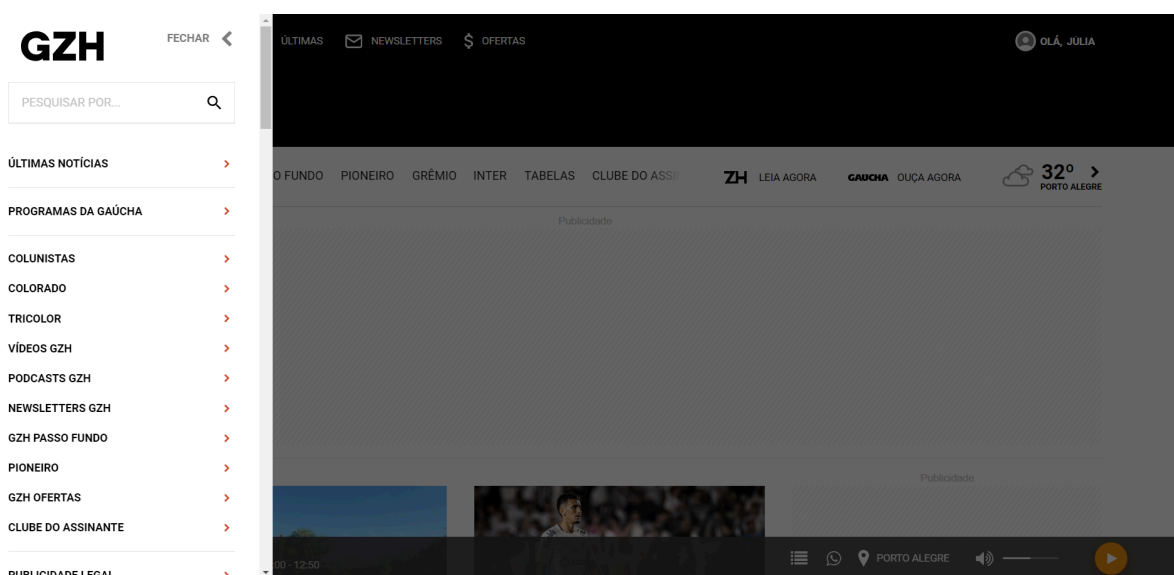
Reprodução da página inicial de GZH mostra o cabeçalho do site. O cabeçalho tem fundo preto com a logomarca GZH destacado em branco por cima. No topo do cabeçalho, acima da logomarca, há os botões "menu", "pesquisar", "últimas", "newsletters" e "ofertas". O cursor está acima do menu, indicando que este é o elemento em destaque na reprodução.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Figura 4 - Menu superior da homepage de GZH aberto

Outra reprodução da página inicial de GZH. Desta vez, o menu presente no cabeçalho do site foi acionado pelo usuário e está aberto. O print mostra as opções de navegação por parte do menu: "últimas notícias", "programas da Gaúcha", "colunistas", "Colorado", "Tricolor", "vídeos GZH", "newsletter GZH", "GZH Passo Fundo", "Pioneiro", "GZH Ofertas", "Clube do Assinante" e "Publicidade Legal".



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;

NÃO ATENDE. Ao navegar com o leitor de tela NVDA pela homepage de GZH, notamos que há uma janela de propaganda que abre no canto inferior esquerdo da página a cada um certo período de tempo. Assim, há uma sobreposição de janelas que acaba por atrapalhar a navegação pelo site.

Figura 5 - Publicidade em sobreposição de janelas

Reprodução da página inicial de GZH mostra, ao fundo, diversas matérias, enquanto na parte frontal, uma publicidade surge no canto inferior esquerdo, evidenciando a presença de sobreposição de janelas, com a publicidade sobrepondo-se à área principal do site.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

e1. todos os botões e links devem ser nomeados;

ATENDE PARCIALMENTE. Passamos o leitor de tela NVDA em todos os botões da homepage de GZH e constatamos que os botões principais funcionam bem e são identificados corretamente, no entanto, há botões secundários que não estão bem identificados. Os casos em que isso ocorre, segundo nossa análise, acontecem na seção “Programas da Gaúcha”. Aqui há um banner para cada programa da Rádio Gaúcha. Cada banner é também um botão, indicando que ao clicar nesse botão, o usuário irá para a página do programa. Cada botão dos programas é lido pelo leitor três vezes. Por exemplo: “Timeline, Timeline, Timeline. Link”⁸.

Outro problema identificado pela pesquisa é que os botões que indicam o fechamento de propagandas não são nomeados. O leitor lê a publicidade, que também não é nomeada adequadamente (*veja mais sobre isso no tópico d2*), e em seguida, ao ser direcionado para o próximo elemento, neste caso o botão de fechar a publicidade, lê apenas “botão” e não “botão para fechar a publicidade” ou algo mais específico.

A extensão da Rádio Gaúcha incorporada por meio de uma faixa horizontal fixa na parte inferior do site é identificada pelo leitor, assim como o botão play e volume, mas não há descrição de qual é a função deles, prejudicando o entendimento e navegabilidade de uma pessoa cega ou com baixa visão.

⁸ Veja um vídeo que mostra como esse bug acontece: https://drive.google.com/drive/folders/14pzpRREAY_8mo0uOMcScryCRYGCJOo-7?usp=sharing

Figura 6 - Programas da Gaúcha

Reprodução do site de GZH mostra a seção "Programas da Gaúcha", com cinco dos programas listados e ilustrados com um banner para cada. São eles: Gaúcha Atualidade, Timeline, Esportes ao Meio Dia, Sala de Redação e Estúdio Gaúcha.

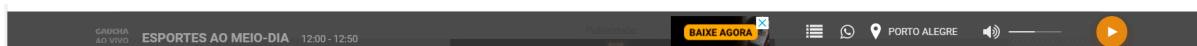
PROGRAMAS DA GAÚCHA



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Figura 7 - Player da Rádio Gaúcha

Imagem representa a barra de áudio da Rádio Gaúcha integrada ao site de GZH, projetada com um layout predominantemente cinza. A barra é uma faixa no pé do site, em horizontal. Na esquerda, existe a inscrição "Gaúcha ao vivo", ao seu lado, o nome do programa que está rodando naquele momento: "Esportes ao Meio-dia", e o horário regular de transmissão do programa, das 12h às 12h50min. No centro do reprodutor, há uma área de publicidade, enquanto à direita, um ícone de lista permite acessar a programação completa da Rádio Gaúcha. Próximos a esse ícone, encontram-se também ícones de WhatsApp e localização. Na extremidade direita, botão para ajuste de volume é disponibilizado. O último botão, o de play e pause, é destacado em um círculo laranja.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.

NÃO ATENDE. Essas opções não foram encontradas no site navegando com um leitor de tela em um notebook.

Nível 2 – Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:

a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;

NÃO ATENDE. Entendemos que a maior parte das mídias presentes na página inicial de GZH apresentam difícil navegabilidade e fruição com leitores de tela. Botões das mídias também não estão sendo corretamente identificados pelo site.

As imagens presentes na página inicial de GZH são referentes às matérias, ou aparecem no segmento chamado “Imagens em destaque”, algo como uma galeria com os melhores cliques de um certo período temporal.

Como já foi abordado nos tópicos a1 e b1, as imagens das matérias que estão em destaque tem seus créditos lidos pelo leitor várias vezes, deixando a compreensão do que se trata muito difícil e fruindo negativamente com o leitor de tela. Apesar das fotos destacadas possuírem esses problemas, o leitor consegue fluir bem pelas fotos das demais matérias que estão na página inicial de GZH sem apresentar grandes problemas.

No que diz respeito à galeria de fotos, o leitor não identificou todas as imagens, trancando na primeira foto. Isso sugere um problema no botão de passar para a próxima imagem. Com isso, o usuário só consegue interagir com a primeira imagem da galeria, sendo apresentado apenas à primeira legenda e crédito.

GZH dispõe também de um segmento que destaca vídeos importantes daquele período de tempo. No dia que realizamos a análise da página inicial, em 13 de dezembro de 2023, encontramos 10 vídeos naquela aba. Os vídeos não rodam logo na página inicial, o que existe ali é apenas uma imagem que sugere o que se passa no vídeo, acompanhada de um título e cartola. Essas imagens possuem o mesmo problema relatado nos tópicos a1 e b1: os créditos das imagens são lidos diversas vezes, o que dificultou a compreensão do conteúdo ali presente. Até chegar ao título do respectivo vídeo, o usuário pode desistir e pular para outro elemento.

b2. as imagens devem ser descritas;

NÃO ATENDE. As imagens presentes na página inicial de GZH não são descritas e não apresentam texto alternativo.

c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;

NÃO SE APLICA. Não há vídeos que rodam na página inicial.

d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.

NÃO ATENDE. Ao passar o leitor de tela pelas publicidades da página, foi identificado que nenhuma delas possui a nomeação que indique o produto ou empresa que se refere. O leitor lê "publicidade" e em seguida letras e números diversos, indicando que o material não foi preparado pensando na acessibilidade.

Nível 3 – Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:

a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;

ATENDE PARCIALMENTE. O leitor de tela consegue identificar o formulário para se cadastrar no site. O formulário funciona bem e apresenta uma sequência lógica. Conseguimos preencher o formulário, mas enfrentamos uma dificuldade. A janela do formulário é aberta em sobreposição, o que faz com que o leitor não identifique essa janela de forma imediata, assim como os comandos.

Figura 8 - Formulário de cadastro em GZH

Reprodução da página inicial de GZH mostra, à frente, em sobreposição de janela, o formulário para se cadastrar no site. Ao fundo, em preto quase transparente, os itens que compõem a homepage do site: cabeçalho, publicidade e matérias.

The image shows a screenshot of the GZH website's registration form. The form is overlaid on a dark background of the homepage. The form fields include:

- E-mail:** A text input field with the placeholder "Ex: usuario@mail.com".
- Seleção de tipo de usuário:** Two radio buttons: "Pessoa Física" (selected) and "Pessoa Jurídica".
- Nome completo:** A text input field containing "João Silva".
- CPF:** A text input field with a mask "000.000.000-00".
- Telefone:** A text input field with a mask "(00) 0 0000 0000".
- Senha:** A text input field with a note "Deve conter pelo menos 6 caracteres".
- Declarações:** Two checkboxes: "Declaro que tenho mais de 12 anos e que li e aceito os termos de uso." and "Li e aceito a política de privacidade do site."

The background shows the GZH logo, navigation menu (DESTAQUES, EDUCAÇÃO, PASSO FUNDO, PIONEIRO, GRÊMIO), and various news articles and advertisements.

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;

ATENDE. Esse comando apareceu no formulário de cadastro em GZH. O leitor identificou apenas uma caixa de seleção para confirmação de que o usuário não é robô. O comando funcionou bem e não encontramos problemas quanto a isso.

c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluida para pesquisa.

ATENDE. O campo de pesquisa foi identificado pelo leitor, em português, e fluiu muito bem com os comandos. Não identificamos problemas nesse sentido.

4.3.2 Matéria de política⁹

Nível 1 – Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:

a1. o caminho até o conteúdo principal deve ser no máximo de 45 segundos;

NÃO ATENDE. O caminho desde o cabeçalho do site até o texto principal, considerando todos os elementos que compõem esse caminho, como botões, menus e publicidade, levou 56 segundos, ultrapassando o tempo ideal.

b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos (o leitor deve ler sem problemas);

ATENDE PARCIALMENTE. De forma geral, o leitor de tela fluiu bem pela matéria e pela ferramenta de ao vivo, incorporada a página da matéria. O leitor apresentou gargalos durante a leitura das propagandas da página (*ver tópico d2*) e quando passou pelos botões de compartilhar a matéria no Twitter, no Facebook e no e-mail (*ver tópico e1*). Esses elementos não foram nomeados corretamente, causando prejuízos para o entendimento de sua função.

⁹ Acesse em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2023/12/ao-vivo-ccj-do-senado-sabatina-flavio-dino-e-paulo-gonet-clq3mozxo00j014ww9kb8t1i.html>

As imagens dispostas dentro da ferramenta de transmissão ao vivo são lidas pelo leitor como “gráficos” e não foram identificadas alternativas textuais para as imagens (*ver tópico b2*).

c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;

ATENDE. O único menu da página é aquele presente em todas as páginas do site, localizado no cabeçalho. Ele possui a nomenclatura correta, em português, e seus comandos internos também funcionam bem.

d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;

ATENDE. Não foram identificadas sobreposições de janelas nesta página.

e1. todos os botões e links devem ser nomeados;

ATENDE PARCIALMENTE. Ao passarmos o leitor de tela em todos os botões e links da página, notamos que a maioria dos botões funciona bem e estão bem identificados.

Isso inclui aqueles botões presentes no vídeo incorporado à matéria. O link do YouTube é lido com o título do próprio vídeo, que está bastante explicativo. Os botões do player do vídeo, como reproduzir, compartilhar, assistir mais tarde, ajustar volume e aumento de tela, também estão facilmente utilizáveis e identificados.

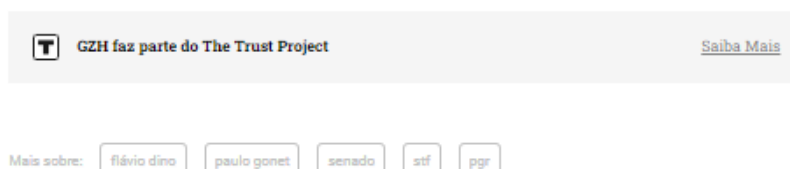
As hiperligações no meio do texto estão bem identificadas, oferecendo contexto sobre o que se trata cada link, seguindo, para além das diretrizes que estabelecemos nesta análise, o critério de sucesso 2.4.4, do princípio operável da WCAG 2.1: “O propósito de cada hiperligação pode ser determinado através do texto da hiperligação, por si só, ou a partir do contexto dela” (WCAG, 2023).

Os botões de compartilhamento da matéria no Twitter, Facebook e e-mail não estão corretamente nomeados. O leitor de tela lê algo parecido com um código, ficando

difícil de entender o que aquele elemento pretende no site¹⁰. No pé da matéria, o Trust Project e as tags também são consideradas botões e funcionam bem.

Figura 9 - The Trust Project

Reprodução do pé da matéria. Nesse recorte, aparecem apenas os botões “Flávio Dino”, “Paulo Gonet”, “Senado”, “STF” e “PGR”. São tags que marcam a matéria. Elas são brancas com contorno cinza. Acima delas, há um grande botão, em cinza e com os dizeres “GZH faz parte do The Trust Project, saiba mais” em preto.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2023/12/ao-vivo-ccj-do-senado-sabatina-flavio-dino-e-paulo-gonet-clq3mozxo000j014ww9kb8t1i.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.

NÃO ATENDE. Essas opções não foram encontradas no site navegando com um leitor de tela em um notebook.

Nível 2 – Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:

a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;

ATENDE PARCIALMENTE. O vídeo incorporado à matéria apresenta uma boa fluidez na interação com o leitor. Os botões do vídeo também funcionam corretamente e estão devidamente identificados. Sentimos falta de descrições textuais do vídeo, através de audiodescrição, legendas ou *closed captions* (ver tópico c2).

¹⁰ Veja um vídeo que ilustra o bug dos botões de compartilhamento: <https://drive.google.com/drive/folders/1ViFPKRZfSEeyUK5h6kIp5W4atjoHbDxK?usp=sharing>

Dentro da ferramenta de ao vivo, há muitas imagens que são lidas como "gráfico", devido à ausência de descrições e textos alternativos. Esse cenário, apesar de não atrapalhar a fruição do leitor, torna mais difícil a compreensão acerca do conteúdo visual para pessoas cegas ou com baixa visão (*veja mais no próximo item*).

b2. as imagens devem ser descritas;

NÃO ATENDE. A matéria em questão apresenta diversas imagens, algumas das quais estão integradas à ferramenta de transmissão ao vivo. No entanto, observa-se a ausência de descrições e textos alternativos para essas imagens, o que limita significativamente a compreensão do conteúdo por parte de pessoas com deficiência visual. A falta desses elementos impede que as informações visuais sejam adequadamente transmitidas e compreendidas.

Além disso, em alguns momentos da transmissão ao vivo, talvez devido à urgência em divulgar informações rapidamente, o profissional de jornalismo deixou de incluir legendas - comumente usadas no jornalismo para explicar o contexto do fato. Quando as legendas eram adicionadas, tendiam a ser genéricas, dificultando a compreensão do fato.

Figura 10 - Legendas de foto na matéria de política

Reprodução da tela mostra parte de transmissão ao vivo feita por GZH da sabatina de Paulo Gonet e Flávio Dino no Senado. No ao vivo, há uma imagem de uma sala de reuniões da Casa, com parlamentares. Acima da foto, há o título "Sessão da CCJ", abaixo da foto, não há legendas e consta apenas o crédito: "Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado".

há 34 minutos

Sessão da CCJ



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

COMPARTILHAR

há 39 minutos

Flávio Dino cita Camões e Max Weber na sua apresentação. Resgata sua trajetória no Executivo, Legislativo e no Judiciário

CHAMADA GERAL 1ª EDIÇÃO 11:00 - 12:00

PORTO ALEGRE

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2023/12/ao-vivo-ccj-do-senado-sabatina-flavio-dino-e-paulo-gonet-clq3mozxo00j014ww9kb8t1i.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;

NÃO ATENDE. A página analisada apresenta um vídeo incorporado a ela, tratando-se de uma transmissão ao vivo do YouTube da TV Senado. Apesar de ser um órgão governamental, observa-se que, em termos de acessibilidade, apenas intérpretes de Libras são adicionados ao vídeo. No entanto, para essa monografia, focada em recursos para pessoas cegas ou com baixa visão, a necessidade era de encontrar elementos como audiodescrição, *closed captions* e legendas no vídeo. Ao investigar se esses recursos estavam disponíveis, a pesquisa constatou que não estavam (Figura 11).

Mesmo que as pessoas com deficiência visual possam acompanhar parte do conteúdo através da voz dos senadores e indicados aos cargos de ministro do STF e procurador-geral da República, a identificação de quem está com a palavra torna-se desafiadora, dado o número de 27 senadores inscritos para sabatar os indicados.

No vídeo, para que o telespectador consiga acompanhar todos esses detalhes, a TV Senado dispõe de geradores de caracteres (GCs) na tela da transmissão, além de outros detalhes visuais do próprio plenário, como placas de identificação na mesa de cada senador. No entanto, esses recursos não são captados pelo leitor de tela. Era preciso que essas informações fossem adicionadas também no segmento respectivo de legenda automática ou *closed captions* do YouTube para que o leitor de tela conseguisse captar essas informações.

Como órgão governamental, a Agência Senado deveria incorporar legendas e audiodescrição a essa transmissão, proporcionando uma experiência acessível. Isso permitiria que os jornais que incorporam esse conteúdo em seus sites o fizessem também de maneira inclusiva e acessível a todos os leitores.

Figura 11 - Vídeo da Agência Senado sem opção de legenda e closed captions

Reprodução de tela mostra frame da transmissão ao vivo da sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Na tela, o senador Jorge Seif (PL-SC) argumenta. Se trata de um homem branco, de cabelo curto preto. Ele usa óculos azul escuro e barba preta com falhas grisalhas.. No canto esquerdo da tela, há uma

intérprete de Libras. GCs que apresenta nome e função do orador é projetado na tela, mas não é captado pelo leitor, indicando que foi adicionado apenas na técnica do vídeo e não na ferramenta de acessibilidade do YouTube.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2023/12/ao-vivo-ccj-do-senado-sabatina-flavio-dino-e-paulo-gonet-clq3mozxo00j014ww9kb8t1i.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.

NÃO ATENDE. Ao passar o leitor de tela pelas publicidades da página, foi identificado que nenhuma delas possui a nomeação que indique o produto ou empresa que se refere. O leitor lê "publicidade" e em seguida letras e números diversos, indicando que o material não foi preparado pensando na acessibilidade.

Nível 3 – Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:

a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluido, sem travamentos ou gargalos;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados formulários na página.

b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados comandos que peçam confirmação de usuário nesta página.

c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluida para pesquisa.

ATENDE. O campo de pesquisa foi identificado pelo leitor, em português, e fluiu muito bem com os comandos. Não identificamos problemas nesse sentido.

4.3.3 Matéria de economia¹¹

Nível 1 – Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:

a1. o caminho até o conteúdo principal deve ser no máximo de 45 segundos;

NÃO ATENDE. O caminho desde o cabeçalho do site até o texto principal, considerando todos os elementos que compõem esse caminho, como botões, menus e publicidade, levou 1 minuto, ultrapassando o tempo ideal.

b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos (o leitor deve ler sem problemas);

ATENDE PARCIALMENTE. O leitor de tela fluiu sem problemas pelo texto da matéria, mas apresenta obstáculos ao interagir com o infográfico presente no final dela, pulando números e anos, o que compromete a experiência de compreensão. A ausência de uma descrição adequada do gráfico prejudica a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, impedindo-as de compreender a natureza e o conteúdo do gráfico. No final, todos os anos do gráfico são apresentados juntos, contribuindo para uma leitura confusa e pouco organizada¹².

¹¹

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2023/12/ultima-reuniao-do-copom-no-ano-deve-confir-mar-reducao-da-taxa-selic-para-1175-clq2sb1g1002q016xldujlpve.html>

¹² Veja como o gráfico é identificado pelo leitor:

<https://drive.google.com/drive/folders/1U41g-n8QBV0iSJ0ga9YahRKJpxoT0BcD?usp=sharing>

Além disso, como já vimos na matéria anterior, o leitor encontra falhas ao identificar as propagandas da página e ao passar pelos botões de compartilhamento no Twitter, Facebook e e-mail, uma vez que são nomeados de forma correta (*ver tópicos e1 e d2*).

Um novo elemento aparece nesta página que ainda não havia sido identificado pela pesquisa - o “leia mais”. Este elemento aparece no meio do texto da reportagem, indicando matérias relacionadas ao tema. Entendemos que o elemento funciona bem, mas atrapalha a fruição do texto principal, uma vez que ele corta a leitura da matéria para indicar itens relacionados para, então, retomar a leitura do texto principal. A Figura 12 mostra o caminho que o leitor realizou no trecho da matéria em que o leia mais aparece:

Figura 12 – Elemento “leia mais” na matéria de economia

Imagem da tela mostra matéria e o item de leia mais. Aluna editou imagem, adicionando números de um a oito, para destacar a sequência em que elemento é lido pelo leitor de tela em razão do leia mais.

verificado em março de 2022.

Diante dos fatos, o foco do mercado estará direcionado, na noite desta quarta-feira (13), para o mesmo trecho da nota oficial. E o interesse, conforme explica o economista e professor da UFRGS, Marcelo Portugal, é mais gramatical do econômico. Trocando em miúdos, **caso a redação da frase permaneça no plural, significa que o ciclo de redução da taxa de juros permanecerá** norteado por descompressões de 0,5 ponto percentual até o dia 20 de março, data em que ocorre a segunda agenda do comitê no próximo ano.

1

2 LEIA MAIS

3 Puxada por alta nos alimentos, inflação sobe 0,28% em novembro no país

4 De olho no crescimento do PIB, Hafid cobra Banco Central sobre ritmo de corte nos juros

5 VÍDEO: o que a taxa de juro Selic muda na sua vida

6 Mas se vier no singular, sem o “s”, explica Portugal, o mistério sobre a velocidade de redução da taxa voltará a pairar sobre o mercado em 31 de janeiro, data da primeira reunião do colegiado no próximo ano.

7 Oscar Frank, economista-chefe da CDL Porto Alegre, arrisca o seu palpite:

8 — Entendo que será no plural, sinalizando que o ritmo será mantido, até em razão de uma melhora significativa no mercado internacional que passa pela redução dos juros da dívida norte-americana de 10 anos.

LEIA TAMBÉM

Carol Castro anuncia morte do pai, o ator Luca de Castro, e recebe apoio de famosos

Nas redes sociais, Luísa Périssé faz rara aparição ao lado da mãe, Heloisa, e do pai, Lug de Paula

Luana Piovani rebate críticas por apartamento “simples” em Nova York

Aguardando shb.richsaudience.com... APP GZH PORTO ALEGRE

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2023/12/ultima-reuniao-do-copom-no-ano-deve-confirmar-reducao-da-taxa-selic-para-1175-clq2sb1g1002q016xldujlpve.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;

ATENDE. O único menu da página é aquele presente em todas as páginas do site, localizado no cabeçalho. Ele possui a nomenclatura correta, em português, e seus comandos internos também funcionam bem.

d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;

ATENDE. Não foram identificadas sobreposições de janelas nesta página.

e1. todos os botões e links devem ser nomeados;

ATENDE PARCIALMENTE. Ao passarmos o leitor de tela pela página, notamos que a maioria dos botões funcionam bem e estão corretamente identificados. Nesta matéria, não há nenhuma hiperligação no meio do texto, deixando a desejar, de forma geral, com as características do jornalismo digital (Canavilhas, 2014).

Como já vimos de forma recorrente entre as matérias de GZH, os botões de compartilhamento da matéria no Twitter, Facebook e e-mail não estão corretamente nomeados. O leitor de tela lê algo parecido com um código, ficando difícil de entender o que aquele elemento pretende no site. No pé da matéria, o Trust Project e as tags também são consideradas botões e funcionam bem.

Esta é a primeira vez que o “leia mais” aparece na análise. Esse elemento está bem identificado na página e os links dentro dele funcionam bem, apesar deste elemento atrapalhar na fruição do texto principal (*ver item b1*).

f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.

NÃO ATENDE. Essas opções não foram encontradas no site navegando com um leitor de tela em um notebook.

Nível 2 – Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:

a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;

ATENDE PARCIALMENTE. A página possui uma foto e um infográfico. A imagem é lida como “gráfico” e o leitor não identifica alternativa em texto, deixando a desejar no que diz respeito ao entendimento do conteúdo (*ver tópico b2*), no entanto isso não impacta na fruição com o leitor de tela.

Na sequência, o leitor de tela lê o crédito da imagem, a legenda e o crédito novamente, indicando que faltou nomear corretamente a imagem. O nome da foto é o crédito dela, por isso o “crédito” é repetido duas vezes. Algo bastante comum nas redações é nomear o arquivo de foto com o nome de quem a capturou e fonte de onde o conteúdo saiu, pois isso agiliza o processo de submissão e evita eventuais erros de creditação. Ao que parece, este é um desses casos.

Para melhores interações com o leitor de tela, assim como o entendimento do conteúdo, a nomeação da foto poderia ser mais descritiva. Vale ressaltar também que, conforme as boas práticas de Search Engine Optimization (SEO) para jornalismo, é necessário que os conteúdos em imagem possuam nomeação que faça jus ao seu conteúdo, assim como textos alternativos (Ferreira; Costa, 2021).

Além disso, como vimos no tópico a1, a infografia não apresentou boa fruição com o leitor de tela, tendo partes suprimidas e outras lidas de forma desordenada.

b2. as imagens devem ser descritas;

NÃO ATENDE. A matéria apresenta apenas uma foto - a que abre o texto - e ela não possui texto alternativo ou descrição. A legenda é bastante genérica e não diz muito sobre a imagem. Além disso, se trata de um calhau, jargão jornalístico segundo o qual aquele elemento foi usado para preencher algum espaço em branco, ou que se trata de um elemento sem vínculo direto com a matéria, mas com alguma informação de menor importância relacionada ao conteúdo.

Neste caso, classificamos como calhau porque é uma foto da fachada do Banco Central, que é citado no texto, mas não o elemento central dele. Nesse sentido, esta

imagem pouco agrega informação e conhecimento sobre o tema ao leitor - sendo ele pessoa com deficiência visual ou não.

Figura 13 - Imagem que abre a matéria de economia

Reprodução da primeira parte da matéria, dando enfoque para a foto que abre o texto. A imagem mostra um trabalhador em frente a fachada do Banco Central do Brasil. Ele é branco, tem cabelo preto levemente grisalho e usa uniforme de operário, em cor verde. Abaixo da foto há a seguinte legenda: "Expectativa do mercado para sobre velocidade de redução da taxa básica de juro". No pé do site aparece o reprodutor da Rádio Gaúcha.

12/12/2023 - 22h00min
Atualizada em 13/12/2023 - 13h16min

COMPARTILHE:

RAFAEL VIGNA
Enviar E-mail

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Publicidade
uma marca de banrisul
Vem de Vero
vero

MAIS LIDAS

RAJADAS DE ATÉ 100 KM/H
Noite de Natal pode ter tempestade devido a formação de ciclone; Inmet lança dois alertas para o RS

PLANTAS MEDICINAIS

VERÃO NA GAÚCHA 15:00 - 19:00 | suspense envolve a decisão do Comitê de Política | APP GZH | PORTO ALEGRE

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2023/12/ultima-reuniao-do-copom-no-ano-deve-confirmar-reducao-da-taxa-selic-para-1175-clq2sb1g1002q016xldujlpve.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;

NÃO SE APLICA. A matéria não possui vídeos.

d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.

NÃO ATENDE. Ao passar o leitor de tela pelas publicidades da página, foi identificado que nenhuma delas possui a nomeação que indique o produto ou empresa que se refere. O leitor lê "publicidade" e em seguida letras e números diversos, indicando que o material não foi preparado pensando na acessibilidade.

Nível 3 – Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem

estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:

a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados formulários na página.

b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados comandos que peçam confirmação de usuário nesta página.

c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluída para pesquisa.

ATENDE. O campo de pesquisa foi identificado pelo leitor, em português, e fluiu muito bem com os comandos. Não identificamos problemas nesse sentido.

4.3.4 Matéria de saúde¹³

Nível 1 – Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluída, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:

a1. o caminho até o conteúdo principal deve ser no máximo de 45 segundos;

NÃO ATENDE. O caminho desde o cabeçalho do site até o texto principal, considerando todos os elementos que compõem esse caminho, como botões, menus e publicidade, levou 58 segundos, ultrapassando o tempo ideal.

b1. a leitura deve ser fluída e sem gargalos (o leitor deve ler sem problemas);

ATENDE PARCIALMENTE. O leitor de tela fluiu sem problemas pelo texto da matéria, apesar de ler a foto que abre o texto como “gráfico” e em seguida seu crédito, legenda e o crédito de novo (*ver item a2*).

¹³ Leia a matéria em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2023/12/bill-gates-elogia-sistema-de-saude-publica-do-brasil-outros-paises-podem-aprender-e-imitar-clq3mzk6x0005011wf3yvvjvs.html>

Além disso, como já vimos na matéria anterior, o leitor encontra falhas ao identificar as propagandas da página e ao passar pelos botões de compartilhamento no Twitter, Facebook e e-mail, uma vez que são nomeados de forma correta (*ver tópicos e1 e d2*).

O “leia mais” aparece no meio do texto da reportagem, indicando matérias relacionadas ao tema. Assim como observado na matéria anterior, entendemos que o elemento funciona bem no que diz respeito ao funcionamento de links, mas atrapalha a fruição do texto principal, uma vez que ele corta a leitura da matéria para indicar itens relacionados para, então, retomar a leitura do texto principal (*ver item b1 da matéria anterior*).

c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;

ATENDE. O único menu da página é aquele presente em todas as páginas do site, localizado no cabeçalho. Ele possui a nomeação correta, em português, e seus comandos internos também funcionam bem.

d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;

ATENDE. Não foram identificadas sobreposições de janelas nesta página.

e1. todos os botões e links devem ser nomeados;

ATENDE PARCIALMENTE. Ao passarmos o leitor de tela pela página, notamos que a maioria dos botões funcionam bem e estão corretamente identificados. Nesta matéria, não há nenhuma hiperligação no meio do texto, deixando a desejar, de forma geral, com as características do jornalismo digital (Canavilhas, 2014).

Como já vimos de forma recorrente entre as matérias de GZH, os botões de compartilhamento da matéria no Twitter, Facebook e e-mail não estão corretamente nomeados. O leitor de tela lê algo parecido com um código, ficando difícil de entender o que aquele elemento pretende no site. No pé da matéria, o Trust Project e as tags também são consideradas botões e funcionam bem.

Além disso, o “leia mais” também aparece na análise. Esse elemento está bem identificado na página e os links dentro dele funcionam bem, apesar deste elemento atrapalhar na fruição do texto principal (*ver item b1 da matéria anterior*).

f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.

NÃO ATENDE. Essas opções não foram encontradas no site navegando com um leitor de tela em um notebook.

Nível 2 – Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:

a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;

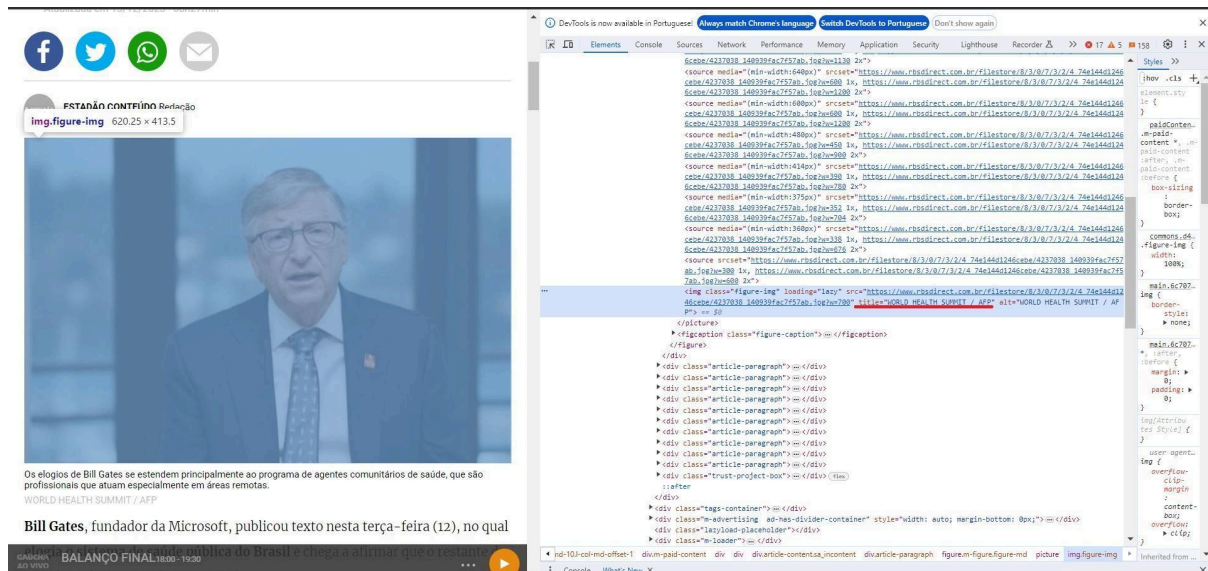
ATENDE PARCIALMENTE. A página possui uma foto. A imagem é lida como “gráfico” e o leitor não identifica alternativa em texto, deixando a desejar no que diz respeito ao entendimento do conteúdo (*ver tópico b2*), no entanto isso não impacta na fruição com o leitor de tela.

Na sequência, o leitor de tela lê o crédito da imagem, a legenda e o crédito novamente, indicando que faltou nomear corretamente a imagem. O nome da foto é o crédito dela, por isso o “crédito” é repetido duas vezes. Algo bastante comum nas redações é nomear o arquivo de foto com o nome de quem a capturou e fonte de onde o conteúdo saiu, pois isso agiliza o processo de submissão e evita eventuais erros de creditação. Ao que parece, este é um desses casos.

Para melhores interações com o leitor de tela, assim como o entendimento do conteúdo, a nomeação da foto poderia ser mais descritiva. Vale ressaltar também que, conforme as boas práticas de Search Engine Optimization (SEO) para jornalismo, é necessário que os conteúdos em imagem possuam nomeação que faça jus ao seu conteúdo, assim como textos alternativos (Ferreira; Costa, 2021).

Figura 14 - Código fonte da imagem que abre a matéria de saúde

Imagem mostra uma tela dividida ao meio. Na parte esquerda, uma imagem mostra Bill Gates de terno, gravata e óculos. Ele é um homem branco com cabelo acinzentado. Embaixo da foto, a legenda: “Os elogios de Bill Gates se estendem principalmente ao programa de agentes comunitários de saúde, que são profissionais que atuam especialmente em áreas remotas”. No lado direito da página, há a visualização dos códigos do elemento foto. A reprodução foi editada pela aluna, que adicionou uma linha vermelha sublinhando o título da imagem: “WORLD HEALTH SUMMIT / AFP”, justamente o que corresponde ao crédito da imagem.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2023/12/bill-gates-elogia-sistema-de-saude-publica-do-brasil-outros-paises-podem-aprender-e-imitar-clq3mzk6x0005011wf3ywwjvs.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

b2. as imagens devem ser descritas;

NÃO ATENDE. A matéria em questão apresenta uma foto na abertura do texto. Observa-se a ausência de descrições e textos alternativos, o que limita significativamente a compreensão do conteúdo por parte de pessoas com deficiência visual. A falta desses elementos impede que as informações visuais sejam adequadamente transmitidas e compreendidas.

c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;

NÃO SE APLICA. A matéria não possui vídeos.

d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.

NÃO ATENDE. Ao passar o leitor de tela pelas publicidades da página, foi identificado que nenhuma delas possui a nomeação que indique o produto ou empresa que se refere. O leitor lê "publicidade" e em seguida letras e números diversos, indicando que o material não foi preparado pensando na acessibilidade.

Nível 3 – Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:

a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluido, sem travamentos ou gargalos;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados formulários na página.

b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados comandos que peçam confirmação de usuário nesta página.

c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluida para pesquisa.

ATENDE. O campo de pesquisa foi identificado pelo leitor, em português, e fluiu muito bem com os comandos. Não identificamos problemas nesse sentido.

4.3.5 Matéria de educação¹⁴

Nível 1 – Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:

a1. o caminho até o conteúdo principal deve ser no máximo de 45 segundos;

NÃO ATENDE. O caminho desde o cabeçalho do site até o texto principal, considerando todos os elementos que compõem esse caminho, como botões, menus e publicidade, levou 1 minuto e 19 segundos, ultrapassando o tempo ideal.

¹⁴ Acesse a matéria em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2023/12/o-que-muda-na-educacao-gaucha-com-a-provacao-de-quatro-projetos-na-assembleia-legislativa-clq2w6jkh000g011w4xov9jbu.html>

b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos (o leitor deve ler sem problemas);

ATENDE PARCIALMENTE. A matéria possui apenas uma imagem, além de um texto denso e bastante completo e explicativo. O leitor flui sem problemas pelo texto da matéria. Os comandos de texto estão corretamente hierarquizados, oferecendo uma boa experiência de navegação pelo texto para além das diretrizes que estão estabelecidas nesta análise, seguindo também as recomendações 2.4.3 e 2.4.6 do princípio Operável, do WCAG 2.1.

Essas recomendações preconizam que sempre que possível, é preciso fornecer títulos em diferentes sessões e níveis de uma página, como nos cabeçalhos e intertítulos, explicando a finalidade de cada elemento para o usuário. Criando, assim, uma sequência lógica de navegação, facilitando o entendimento acerca do conteúdo para pessoas que usam leitores de tela.

Assim como acontece nas outras matérias, a foto é lida como “gráfico” e em seguida seu crédito, legenda e o crédito de novo são lidos (*ver item a2 da matéria anterior*). Um destaque a ser dado é que essa matéria possui um erro de português no crédito da imagem principal do texto. Isso atrapalha a fruição do texto (*ver item a2*).

O “leia mais” aparece no meio do texto da reportagem, indicando matérias relacionadas ao tema. Assim como observado na matéria anterior, entendemos que o elemento funciona bem, mas atrapalha a fruição do texto principal, uma vez que ele corta a leitura da matéria para indicar itens relacionados para, então, retomar a leitura do texto principal.

Além disso, como já vimos nas outras matérias, o leitor encontra falhas ao identificar as propagandas da página e ao passar pelos botões de compartilhamento no Twitter, Facebook e e-mail, uma vez que são nomeados de forma correta (*ver tópicos e1 e d2*).

Figura 15 - Corpo da matéria de educação

Imagem mostra o corpo da matéria, e em especial, o uso sequencial e hierárquico dos títulos e subtítulos. Ao lado esquerdo, aparece o “Leia mais”, com duas matérias. No direito, outro leia mais, mas esse com quatro sugestões de conteúdos do site.

Os projetos foram aprovados em sessão com protesto do Cpers dentro da AL e também no entorno da casa legislativa.

LEIA MAIS

Ensino Fundamental com municípios e coordenação do Estado: o que os deputados do RS viram e gostaram no Ceará



Municipalização da educação: quais as vantagens e desvantagens



ao do [Estado do Ceará](#).

A mudança será liderada pela **Comissão Intergestores Bipartite da Educação (Cibe)** — criada com a aprovação — a responsável pela negociação e pactuação entre gestores do Estado e dos municípios; a instância será instituída por ato do Executivo estadual.

Com a aprovação, também foi instituído o **Compromisso Estadual pela Alfabetização na**

Veja o que foi aprovado na votação desta terça:

Marco Legal da Educação Gaúcha (517/2023)

Aprovado com 38 votos favoráveis e 14 contrários. O Marco Legal da Educação Gaúcha reforça a municipalização do Ensino Fundamental no Rio Grande do Sul, [processo que já tem ocorrido nos últimos anos](#) e que segue modelo similar



LEIA TAMBÉM

Luana Piovani rebate críticas por apartamento "simples" em Nova York



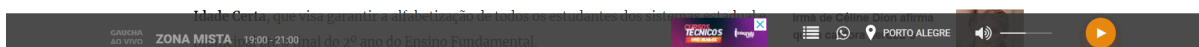
Sydney Sweeney diz já ter considerado cirurgia para diminuir os seios: "Me sentia desconfortável"



Carol Castro anuncia morte do pai, o ator Luca de Castro, e recebe apoio de famosos



Nas redes sociais, Luisa Périssé faz rara aparição ao lado da mãe, Heloisa, e do pai, Lug de Paula



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2023/12/o-que-muda-na-educacao-gaucha-com-a-aprovacao-de-quatro-projetos-na-assembleia-legislativa-clq2w6jkh000g011w4xov9jbu.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;

ATENDE. O único menu da página é aquele presente em todas as páginas do site, localizado no cabeçalho. Ele possui a nomeação correta, em português, e seus comandos internos também funcionam bem.

d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;

ATENDE. Não foram identificadas sobreposições de janelas nesta página.

e1. todos os botões e links devem ser nomeados;

ATENDE PARCIALMENTE. Ao passarmos o leitor de tela pela página, notamos que a maioria dos botões funcionam bem e estão corretamente identificados. A matéria é rica em hiperligações no meio do texto, enriquecendo o material, de forma geral, com as características do jornalismo digital (Canavilhas, 2014).

As hiperligações no meio do texto estão bem identificadas, oferecendo contexto sobre o que se trata cada link, seguindo, para além das diretrizes que estabelecemos nesta análise, o critério de sucesso 2.4.4, do princípio operável da WCAG 2.1: "O propósito de cada hiperligação pode ser determinado através do texto da hiperligação, por si só, ou a partir do contexto dela" (WCAG, 2023).

Novamente temos a presença do item “leia mais”. Ele está bem identificado na página e os links dentro dele funcionam bem, apesar deste elemento atrapalhar na fruição do texto principal, como já vimos nas matérias anteriores.

Como já vimos de forma recorrente entre as matérias de GZH, os botões de compartilhamento da matéria no Twitter, Facebook e e-mail não estão corretamente nomeados. O leitor de tela lê algo parecido com um código, ficando difícil de entender o que aquele elemento pretende no site. No pé da matéria, o Trust Project e as tags também são consideradas botões e funcionam bem.

f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.

NÃO ATENDE. Essas opções não foram encontradas no site navegando com um leitor de tela em um notebook.

Nível 2 – Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:

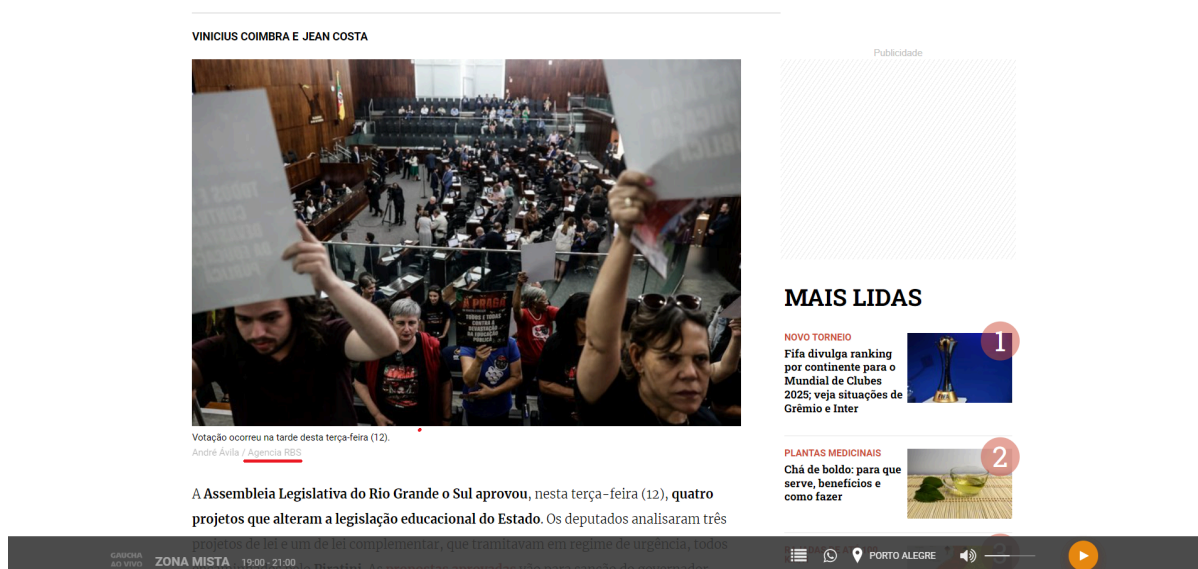
a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;

ATENDE PARCIALMENTE. A página possui apenas uma foto. A imagem é lida como “gráfico” e o leitor não identifica alternativa em texto, deixando a desejar no que diz respeito ao entendimento do conteúdo (*ver tópico b2*), no entanto isso não impacta na fruição com o leitor de tela.

Na sequência, o leitor de tela lê o crédito da imagem, a legenda e o crédito novamente, indicando que faltou nomear corretamente a imagem. Novamente, o nome da foto é o crédito dela, por isso o “crédito” é repetido duas vezes (*ver item a2 da matéria anterior*). Além disso, quem nomeou o arquivo esqueceu de acentuar de forma correta a palavra “Agência”, o que faz com que o leitor leia o crédito de forma errada, e como é lido duas vezes, fica cansativo e confuso.

Figura 16 - Imagem que abre a matéria de educação

Print mostra a imagem que está em destaque na matéria. A imagem em destaque mostra professores e servidores da educação protestando com cartazes dentro da Câmara Municipal de Porto Alegre. A imagem foi editada pela aluna, onde foi acrescentada uma linha vermelha embaixo do crédito da imagem para destacar um erro de português: “Agencia RBS” no lugar de “Agência RBS”.



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2023/12/o-que-muda-na-educacao-gaucha-com-a-aprovacao-de-quatro-projetos-na-assembleia-legislativa-clq2w6jkh000q011w4xov9jbu.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Para melhores interações com o leitor de tela, assim como o entendimento do conteúdo, a nomeação da foto poderia ser mais descritiva e com o cuidado para evitar eventuais erros de português. Vale ressaltar também que, conforme as boas práticas de Search Engine Optimization (SEO) para jornalismo, é necessário que os conteúdos em imagem possuam nomeação que faça jus ao seu conteúdo, assim como textos alternativos (Ferreira; Costa, 2021).

b2. as imagens devem ser descritas;

NÃO ATENDE. A matéria em questão apresenta uma foto na abertura do texto. Observa-se a ausência de descrições e textos alternativos, o que limita significativamente a compreensão do conteúdo por parte de pessoas com deficiência visual. A falta desses elementos impede que as informações visuais sejam adequadamente transmitidas e compreendidas.

c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;

NÃO SE APLICA. A matéria não possui vídeos.

d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.

NÃO ATENDE. Ao passar o leitor de tela pelas publicidades da página, foi identificado que nenhuma delas possui a nomeação que indique o produto ou empresa que se refere. O leitor lê "publicidade" e em seguida letras e números diversos, indicando que o material não foi preparado pensando na acessibilidade.

Nível 3 – Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:

a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados formulários na página.

b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;

NÃO SE APLICA. Não foram identificados comandos que peçam confirmação de usuário nesta página.

c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluída para pesquisa.

ATENDE. O campo de pesquisa foi identificado pelo leitor, em português, e fluiu muito bem com os comandos. Não identificamos problemas nesse sentido.

4.4 Discussão dos resultados

Ao longo da nossa análise foi constatado que GZH não cumpre o necessário para manter a comunidade gaúcha de pessoas com deficiência visual bem informada. Foi constatado, por exemplo, que dos 65 indicadores totais (considerando os 13 critérios de cada uma das cinco páginas analisadas), somente 15 atendem totalmente aos parâmetros de acessibilidade estabelecidos pela

pesquisa. Isso representa 23,08% do total dos indicadores. Notamos ainda que 14 indicadores atendem parcialmente o que estabelecemos como ideais de acessibilidade para o site de GZH. Isso significa que 21,54% dos indicadores cumprem minimamente os parâmetros de acessibilidade no site.

Constatou-se também que a maior fatia dos indicadores mobilizados nas páginas de GZH foram negativos, não alcançando o mínimo necessário para que um usuário pudesse ter uma experiência acessível no site. Os indicadores que não atenderam aos parâmetros de acessibilidade estabelecidos pela pesquisa representaram 36,92% do total.

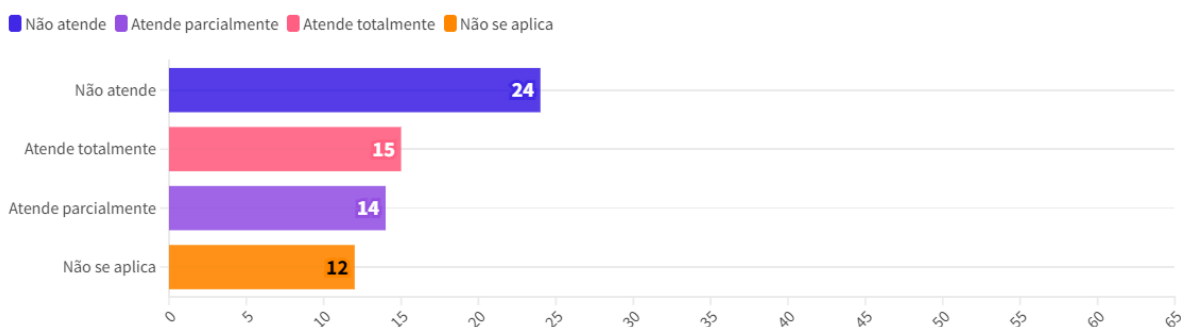
Por fim, entendemos que 18,46% dos indicadores não puderam ser aplicados nas páginas de GZH, uma vez que não possuíam os parâmetros necessários para serem aplicados. O indicador a3, por exemplo, pedia que, caso a página apresentasse cadastro na plataforma, o formulário deveria ser fluído, sem travamentos ou gargalos. No entanto, apenas a homepage de GZH apresentava um formulário de cadastro. Assim, todas as outras páginas não possuíam o necessário para a análise: o formulário. Situações como essa aconteceram em 12 dos 65 indicadores.

Figura 17 - Resultado dos indicadores de acessibilidades aplicados em GZH em números totais

Gráfico mostra os quatro parâmetros de classificação da análise (não atende, atende parcialmente, atende totalmente e não se aplica) em números totais, ou seja, quantas vezes apareceram entre os 65 indicadores totais de análise. Cada um dos parâmetros aparece em uma cor diferente. Não atende apareceu em 24 dos 65 indicadores totais e está em azul. Atende parcialmente corresponde a 14 dos 65 indicadores totais e está em lilás. Atende totalmente corresponde a 15 dos indicadores totais da pesquisa e está em rosa. Não se aplica aparece em laranja e corresponde a 12 dos indicadores analisados.

Indicadores de acessibilidade do site GZH

Em números totais



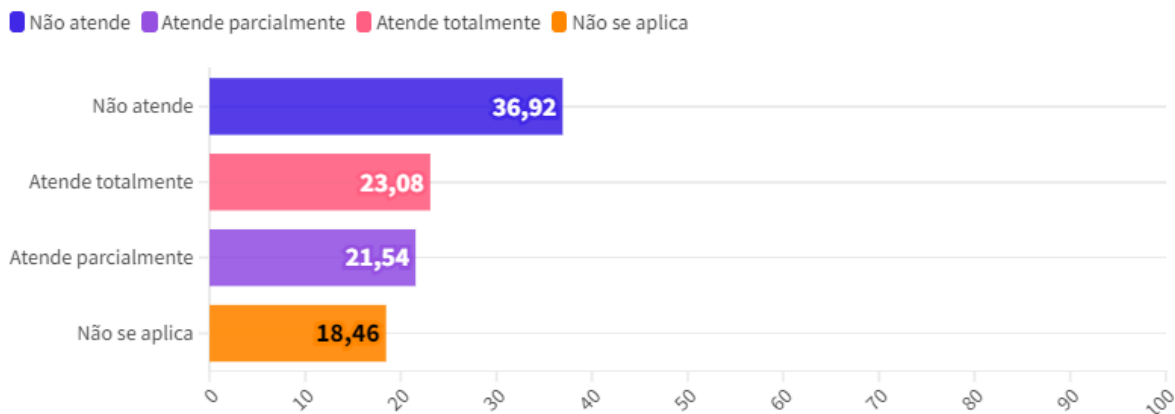
Fonte: Autora, 2024.

Figura 18 - Resultado dos indicadores de acessibilidades aplicados em GZH em percentagem

Gráfico mostra a percentagem de quantas vezes apareceram os quatro parâmetros de classificação da análise (não atende, atende parcialmente, atende totalmente e não se aplica) tendo em vista o total de indicadores analisados. Cada um dos parâmetros aparece em uma cor diferente. Não atende está em azul escuro e representa 36,92% do total dos indicadores. Atende parcialmente está em lilás e representa 21,54% dos indicadores. Atende totalmente está em rosa e corresponde a 23,08% dos indicadores. Por fim, o não se aplica está em laranja e diz respeito a 18,46% dos indicadores da pesquisa.

Indicadores de acessibilidade do site GZH

Em percentagem



Fonte: Autora, 2024.

Tabela 7 - Resultado dos indicadores aplicados em GZH

Nível 1 – Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:					
Crítérios de análise	Homepage	Política	Economia	Saúde	Educação
a1. o caminho até o conteúdo principal deve ser no máximo de 45 segundos;	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende
b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos; (o leitor deve ler sem problemas)	Não atende	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente
c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende
e1. todos os botões e links devem ser nomeados;	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente
f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende
<p>Nível 2 – Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:</p>					
a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;	Não atende	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente
b2. as imagens devem ser descritas;	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende
c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;	Não se aplica	Não atende	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende
<p>Nível 3 – Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:</p>					
a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;	Atende parcialmente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;	Atende	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluida para pesquisa.	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Fonte: Autora, 2024.

Falaremos agora do cenário geral de cada uma das páginas analisadas. Constatamos que de todas as páginas analisadas, a homepage de GZH foi a que teve o pior desempenho em razão da gravidade dos seus bugs e da frequência em que eles apareciam. Nas matérias, notamos que os bugs ocorriam em pontos específicos da página, e não ao longo de toda sua extensão.

Na homepage, o site mais não atende aos indicadores do que atende. No nível 1, que garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, sem interrupções ou gargalos, o site atendeu apenas a um requisito. Trata-se do c1, que premissa que os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma. Assim, a página não atendeu quatro dos seis requisitos, sendo que o outro indicador a página atendeu parcialmente.

Tabela 8 - Resultados dos indicadores do nível 1 da homepage de GZH

Nível 1 – Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluida, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível. Para cumprir plenamente esse nível, os critérios são:	
	Homepage
a1. o caminho até o conteúdo principal deve ser no máximo de 45 segundos;	Não atende
b1. a leitura deve ser fluida e sem gargalos (o leitor deve ler sem problemas);	Não atende
c1. os menus devem estar em português e facilmente identificados no layout da plataforma;	Atende

d1. as páginas não devem ter sobreposição de janelas;	Não atende
e1. todos os botões e links devem ser nomeados;	Atende parcialmente
f1. deve haver opção de inversão de cores e aumento das fontes.	Não atende

Fonte: Autora, 2024.

Neste nível, foi possível identificar gargalos severos a serem tratados logo na abertura do site, como a falta de descrição e nomeação correta das imagens, o que desencadeou o problema que a pesquisa considerou mais sério: o bug que faz com que as imagens em destaque da homepage sejam lidas mais de 10 vezes, deixando a fruição pela página extremamente confusa e caótica.

Os botões presentes na homepage de GZH nem sempre são claros para o leitor, porque, novamente, não há uma nomeação correta dos itens dispostos na página. Notamos que isso ocorre, por exemplo, nos botões que levam aos programas da Rádio Gaúcha. Eles são lidos três vezes pelo leitor. Além disso, notamos que há sobreposição de janelas a partir de uma publicidade que abre eventualmente no canto inferior esquerdo da tela, atrapalhando com a fruição do leitor de tela.

O cenário da homepage de GZH segue crítico no nível 2, onde nenhum dos indicadores é alcançado: três não atendem e um não é aplicável a página. A multimídia não interage com fruição com o leitor de tela, uma vez que os botões, imagens e publicidades não foram devidamente nomeados e identificados na página. Ao passar o leitor de tela pelas publicidades da página, foi identificado que nenhuma delas possui a nomeação que indique o produto ou empresa que se refere. O leitor lê "publicidade" e em seguida letras e números diversos, indicando que o material não foi preparado pensando na acessibilidade.

Além disso, as mídias também não possuem alternativa textual, impossibilitando que a pessoa com deficiência visual que depende de um leitor de tela para navegar pelo site de GZH não entenda do que se trata cada item multimídia presente na homepage do site.

O usuário da página, ao se deparar com tantas informações desconhecidas, leitura de códigos seguidos por números e palavras esquisitas, pode simplesmente desistir de navegar pela página ou, em última instância, acabar se desinformando por entender algo errado.

Tabela 9 - Resultados dos indicadores do nível 2 da homepage de GZH

Nível 2 – Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos. Para este quesito, os critérios são:	
	Homepage
a2. os vídeos e demais mídias devem permitir a fruição através de leitores de tela, com os botões devidamente identificados;	Não atende
b2. as imagens devem ser descritas;	Não atende
c2. o conteúdo de vídeo deve ser audiodescrito;	Não se aplica
d2. não deve haver publicidade sem acessibilidade.	Não atende

Fonte: Autora, 2024.

O último nível de análise da homepage de GZH foi mais promissor, com dois critérios atendidos e um parcialmente atendido. Esses itens funcionaram bem, exceto pela sobreposição de janelas que aconteceu no formulário para inscrição no site, que atrapalhou um pouco na navegação com leitor de tela pelo site. Se o formulário abrisse em uma janela individual ou direcionasse para um página própria, esse nível seria totalmente atendido pelo site.

Tabela 10 - Resultados dos indicadores do nível 3 da homepage de GZH

Nível 3 – Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado. Para este quesito, os critérios são:	
	Homepage
a3. no caso de cadastro na plataforma, o formulário deve ser fluído, sem travamentos ou gargalos;	Atende parcialmente
b3. no caso de confirmações de que o usuário não é um robô, é necessário que o clique seja apenas em uma caixa de seleção;	Atende
c3. caso haja campo de busca, o mesmo deve estar localizado no topo do site e com ativação fluida para pesquisa.	Atende

Fonte: Autora, 2024.

A similaridade entre as páginas que abrigam matérias de GZH é grande. Como as matérias de GZH seguem quase sempre uma mesma estrutura, os problemas foram se repetindo de uma página para outra. Houve uma pequena variação nas análises em razão da mudança de multimídia entre as páginas, uma vez que optamos, nos parâmetros, estabelecer que cada página deveria, preferencialmente, apresentar uma multimídia nova em relação às outras páginas escolhidas.

Na matéria de política, por exemplo, houve um vídeo incorporado à matéria, assim como uma ferramenta de transmissão ao vivo, além de diversas fotos ao longo do corpo do texto. A matéria de economia contava com um gráfico, além de uma foto. A matéria de educação apresentava também uma foto, além de um texto bastante denso e extenso, com diversos subtítulos e divisões. A matéria de saúde apresentava apenas uma foto e um texto comum. Em todos os casos, nenhuma das multimídia apresentadas apresentou alternativa textual para os itens não-textuais, descumprindo os indicadores a2, b2 e c2 da análise, além da diretriz 1.1 do princípio Perceptível do WCAG 2.1.

O caso que consideramos mais grave em que isso acontece é no vídeo incorporado pela matéria de política de GZH. Trata-se de um vídeo do YouTube da Agência Senado, que não apresentava opções para acionar legendas, *closed captions* ou audiodescrição. Vale ressaltar que a Agência Senado integra um órgão governamental. Logo, deveria ser um exemplo de acessibilidade, garantindo que todos os cidadãos brasileiros pudessem exercer seu direito à informação de forma igualitária ao acessar seus conteúdos.

O segundo caso grave foi na matéria de economia, em que o gráfico bugou totalmente ao passarmos o leitor de tela. Quem depender apenas de leitor de tela para entender esse conteúdo, vai ficar sem entender, uma vez que não existe uma explicação não-textual disponível.

As últimas duas matérias apresentavam apenas imagens, além de textos - pouco e mais denso. Nestas páginas, destacamos que as imagens de abertura das matérias não foram nomeadas corretamente e novamente não apresentavam descrições para os elementos não textuais. Além disso, essas matérias também apresentavam o elemento "leia mais". Ele é interessante em termos de SEO para

redirecionar o leitor para mais matérias de dentro do site (Ferreira; Costa, 2021), mas infelizmente atrapalha a fruição com o texto principal. Esse elemento corta o fluxo normal de leitura da matéria para indicar matérias relacionadas a ela para, então, voltar ao fluxo de leitura. Por esse motivo, entendemos que esse elemento afetou negativamente no indicador b1, que postula que o leitor de tela deve ler sem problemas aquela página, ou seja, de maneira fluida e sem gargalos.

Na Figura 19, apresentamos um resumo do nível 1 de acessibilidade do site. Podemos perceber que nenhuma página de GZH atendeu aos requisitos de tempo de navegação até o conteúdo (a1). Além de inversão de cores e aumento de fontes, violando o indicador f1 estabelecido pela monografia, além do critério de sucesso 1.4.4 (nível AA), do princípio Perceptível do WCAG 2.1, que postula sobre o usuário poder aumentar imagens do texto e texto das páginas a partir de uma funcionalidade disposta nela.

Além disso, o único indicador que foi totalmente atendido neste nível foi o c1, que diz respeito aos menus estarem em português e facilmente identificados. O indicador e1, que postula sobre os botões e links serem corretamente nomeados, foi parcialmente atendido em todas as páginas de GZH. Isso porque, apesar de todas as páginas apresentarem maioria de botões e links funcionais e adequadamente nomeados, sempre haviam aqueles que apresentavam bugs e falta de nomeação adequada, atrapalhando a fruição com o leitor de tela.

O item b1, de leitura com fluidez pelas páginas, foi atendido parcialmente em todas as páginas e reprovado em uma. Isso significa que nenhuma das páginas analisadas está 100% preparada para receber um visitante com deficiência visual. Isso desestimula uma pessoa que necessita de leitor de tela a continuar navegando pelo site. Neste nível, conseguimos testar todos os indicadores, ou seja, nenhum não pode ser aplicado.

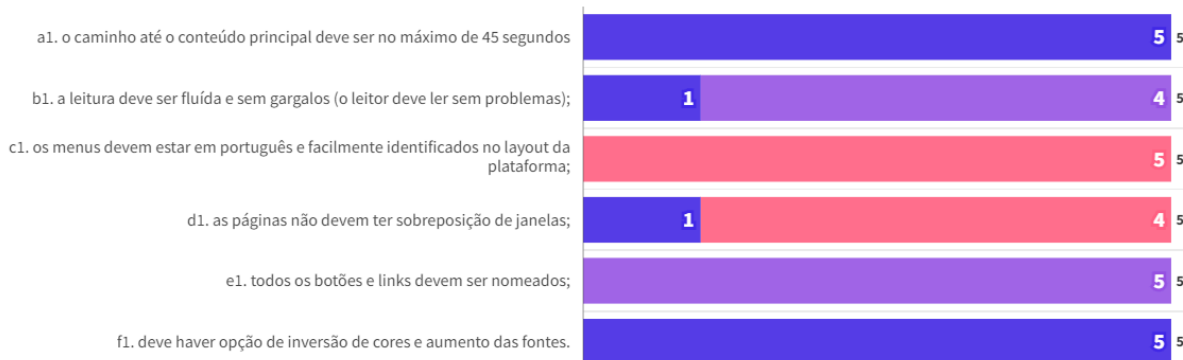
Figura 19 - Resultados dos indicadores do nível 1 em todas as páginas analisadas de GZH

Gráfico mostra que, das cinco páginas analisadas no nível 1, nenhuma atende ao critério de tempo (a1); quatro atendem parcialmente ao critério de leitura fluida e sem gargalos (b1), enquanto uma não atende a esse critério; todas possuem menus em português e facilmente identificados no layout da plataforma (c1); quatro atendem totalmente ao critério d1, que preconiza sobre a sobreposição de janelas, enquanto uma não cumpre o critério; todas as páginas atendem parcialmente o critério e1, sobre botões e links devidamente nomeados; por fim, nenhuma das páginas possui opção de inversão de cores e aumento de fontes (f1). Os dados estão dispostos em formato de barras coloridas, onde cada cor significa um parâmetro de análise: não atende está em azul escuro; atende parcialmente em lilás; atende totalmente está em rosa; e não se aplica aparece em laranja.

Nível 1

Garante à pessoa com deficiência visual a possibilidade de acesso ao conteúdo textual de maneira fluída, em um tempo razoável e de maneira funcional, sem interrupções ou necessidade de dar muitos cliques ou gestos para a navegação. Inclui critérios que podem ser considerados básicos para a criação de um site acessível.

■ Não atende ■ Atende parcialmente ■ Atende totalmente ■ Não se aplica



Fonte: Autora, 2024.

No nível 2, notamos que nenhuma página atendeu totalmente aos parâmetros de acessibilidade que estabelecemos na pesquisa. Além disso, quatro páginas não puderam testar o indicador c2, a respeito de audiodescrição de vídeos, por não apresentarem conteúdos em vídeo dentro delas. O parâmetro que mais apareceu neste nível foi o de não atende. Ele corresponde a 12 dos 20 critérios analisados. Os indicadores b2, sobre descrição de imagens, e d2, sobre acessibilidade em publicidades, por exemplo, foram reprovados em todas as páginas. Isso demonstra a falta de preocupação do site GZH em relação à acessibilidade. A descrição de imagens, vídeos e propagandas são coisas que podem ser feitas manualmente, a partir de ferramentas simples. Não é necessário, por exemplo, que um programador altere sistemas complexos do site. De forma geral, imagens e vídeos podem ser descritos pela própria equipe de reportagem de GZH. Se o site não possui a opção de inclusão de texto alternativo, basta colocar uma boa descrição na legenda ou mesmo no pé da matéria. A nomeação do arquivo, inclusive, também pode servir para uma descrição detalhada da imagem, uma vez que o leitor de tela consegue captar essa opção.

Figura 20 - Resultados dos indicadores do nível 2 em todas as páginas analisadas de GZH

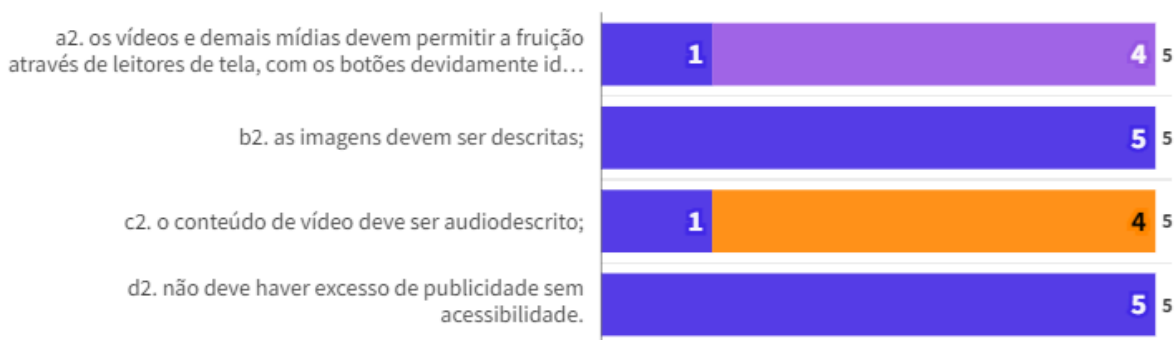
Gráfico mostra os indicadores do nível 2. No primeiro critério (a2), sobre as mídias interagirem com fruição através dos leitores de tela, quatro páginas atenderam parcialmente ao requisito, enquanto uma não atende; todas as páginas tiveram desempenho negativo no que diz respeito a descrição das imagens - nenhuma atendeu ao critério (b2); no indicador sobre audiodescrição de vídeos, quatro das cinco páginas não possuíam vídeos para análise, mas a única que tinha não atendeu ao requisito (c2); nenhuma das páginas possui

acessibilidade nas publicidades (d2). Os dados estão dispostos em formato de barras coloridas, onde cada cor significa um parâmetro de análise: não atende está em azul escuro; atende parcialmente em lilás; atende totalmente está em rosa; e não se aplica aparece em laranja.

Nível 2

Garante à pessoa com deficiência visual o acesso pleno a todos os conteúdos disponibilizados, inclusive mídias, propagandas, fotos e imagens. Pertencem a este nível os critérios que podem ser considerados intermediários para a criação de um site plenamente acessível. Vale destacar que os itens que compõem esse nível são fundamentais para portais que investem em produção audiovisual, com a publicação de podcasts e vídeos.

■ Não atende ■ Atende parcialmente ■ Atende totalmente ■ Não se aplica



Fonte: Autora, 2024.

No último nível, notamos que 6 dos 15 indicadores são cumpridos de forma total, o que é bastante positivo para GZH, significa que quase metade dos parâmetros de acessibilidade que foram propostos nesta página estão sendo atendidos. O item c3, que diz respeito ao mecanismo de busca da página ser bem identificado e funcional, também é positivo em todas as páginas. Além disso, o item b3, sobre confirmação de que o usuário não é um robô, só aparece em uma das páginas, mesmo assim, consegue desempenhar o seu papel de forma satisfatória. Como já vimos na análise detalhada da homepage, o item a3 apresenta boa funcionalidade, mas poderia ser aperfeiçoado para atender de forma plena a esse requisito.

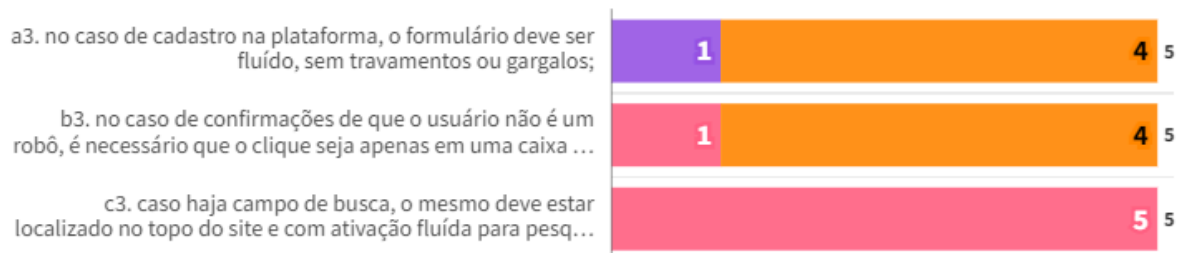
Figura 21 - Resultados dos indicadores do nível 3 em todas as páginas analisadas de GZH

Gráfico mostra os indicadores do nível 3. Neste nível, há três critérios. No primeiro (a3), a respeito de formulários fluidos e sem gargalos, apenas uma página possuía o recurso e atendeu parcialmente ele; no segundo critério (b3), sobre confirmação de que usuário não é robô, apenas uma página apresentou tal funcionalidade e cumpriu totalmente ao requisito; por fim, o último critério (c3), sobre o campo de pesquisa ser fluido e fácil de usar, todas as páginas atenderam totalmente ao requisito. Os dados estão dispostos em formato de barras coloridas, onde cada cor significa um parâmetro de análise: não atende está em azul escuro; atende parcialmente em lilás; atende totalmente está em rosa; e não se aplica aparece em laranja.

Nível 3

Garante à pessoa com deficiência visual toda e qualquer função de interação para a navegabilidade de leitores de tela, sendo imprescindível a boa localização do mecanismo de busca, formulários de cadastros devidamente etiquetados com o que deve ser preenchido em cada campo, assim como os espaços dedicados para os comentários. Além disso, ícones de rede sociais devem estar etiquetados. Este nível pode ser considerado o estágio avançado.

■ Não atende ■ Atende parcialmente ■ Atende totalmente ■ Não se aplica



Fonte: Autora, 2024.

Tendo em vista essa análise detalhada dos recursos de acessibilidade de GZH, entendemos que há muito o que avançar para que o público de leitores cegos e com baixa visão que eventualmente procurarem o principal jornal digital gaúcho para se informarem consigam, efetivamente, fazer isso.

Destacamos que esses parâmetros representam apenas um recorte de tantos outros que poderiam ser analisados no que diz respeito à acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão no site de GZH. Esta monografia, no entanto, não pretende encerrar essa discussão, mas ser mais um apoio teórico, filosófico e social em direção a esse ideal de ampliação de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar como o site de GZH, do Grupo RBS, tem incorporado práticas que promovam a acessibilidade ao informar jornalisticamente à sociedade. Tendo isso em vista, essa monografia não pretende lançar afirmações válidas para todos os serviços do tipo ou mesmo para a produção jornalística completa do Grupo RBS, uma vez que esta dispõe, por exemplo, de cadernos impressos, conteúdos para redes sociais, entre outros.

É certo, no entanto, que todas as questões abordadas nesta monografia acerca de acessibilidade comunicacional (Sasaki, 2002; 2003; 2009) e comunicativa (Bonito, 2016) podem ser pensadas de forma ampla para outras publicações online, de forma a aumentar a qualidade informacional e ampliar o acesso da informação para as pessoas com deficiência visual.

Por meio de diferentes bibliografias, foi possível compreender os diferentes papéis e obrigações do jornalismo na sociedade democrática, a destacar o principal: informar qualificadamente (Reginato, 2016; 2018). E os benefícios que nasce desta boa mediação (Oliveira, 2016; 2018; 2019; 2020) entre os fatos e a comunidade: a garantia de uma série de direitos (Bucci, 2000). Em especial, o direito à informação e a promoção da cidadania a partir disso (Bonito, 2015; 2016).

Através da triangulação bibliográfica e documental também debatemos e entendemos a trajetória da pessoa com deficiência na sociedade (Maior, 2020; Aranha, 1995), assim como o significado de acessibilidade e suas diferentes dimensões (Sasaki, 2002; 2003; 2009). Apresentamos ainda as definições de deficiência visual (Brasil, 2004; 2021) e o que é necessário, em termos de legislação (Brasil, 1962; 2000; 2002; 2004; 2005; 2009; 2014; 2015, s.p.) e parâmetros digitais (WCAG 2.1, 2018), para que alcancemos a acessibilidade e inclusão destas pessoas na comunicação e, em especial, no jornalismo (Marco Zero; Unicap, 2022).

Na sequência, nos debruçamos em transformar todo este conhecimento obtido ao longo da investigação bibliográfica e documental em uma análise acerca da acessibilidade do site GZH. Para isso, criamos indicadores inspirados no principal estudo que propõe recomendações de acessibilidade para produções jornalísticas online (Marco Zero; Unicap, 2022), e operacionalizamos esses parâmetros no site GZH. A partir de uma ferramenta mista, sistematizamos os

resultados obtidos na análise, assim como os disponibilizamos em formato de texto, tabela e gráfico, nesta monografia.

Os resultados indicam que ainda há um longo caminho de aperfeiçoamento do site GZH para que ele possa cumprir os parâmetros de acessibilidade que estabelecemos nesta pesquisa. Constatamos que a maior fatia dos indicadores mobilizados nas páginas de GZH foram negativos, não alcançando o mínimo necessário para que um usuário pudesse ter uma experiência acessível no site. Além disso, dos 65 indicadores totais (considerando os 13 critérios de cada uma das cinco páginas analisadas), somente 15 atenderam totalmente aos parâmetros de acessibilidade estabelecidos nesta monografia.

Observamos que, no contexto atual, as pessoas com deficiência visual enfrentam obstáculos consideráveis para acessar e compreender plenamente as informações veiculadas no site do principal jornal gaúcho. Como vimos, são muitas as barreiras que precisam ser retiradas. Esse fato acaba por distanciar a prática jornalística do ideal proposto por Kovach e Rosenstiel (2001), de que o jornalismo deve prover aos cidadãos as informações necessárias para que eles possam desfrutar da liberdade e participar ativamente da sociedade.

Além disso, destacamos que a configuração atual do site de GZH, para pessoas cegas e com baixa visão, não atende aos requisitos mínimos estabelecidos por diversas legislações brasileiras acerca da acessibilidade comunicacional. É o caso da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece, entre outras coisas, que não deve haver “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, seja ou não de massa” (Brasil, 2000, s.p.). Como notamos durante a análise, há diversos entraves que impossibilitam que as pessoas com deficiência visual consigam receber as informações emitidas por GZH.

As definições presentes no Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também não são cumpridas em GZH. A lei diz, entre outras coisas, que é obrigatório que sites, mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos de governo, “garantam informações acessíveis para todas as pessoas, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente” (Brasil, 2015, s.p.).

A análise de GZH realizada nesta monografia se baseou no estudo *Acessibilidade Jornalística: um problema que ninguém vê*, que tem como base o WCAG 2.1, documento vinculado ao W3C e amplamente usado para diretrizes de acessibilidade no Brasil. O W3C é um consórcio internacional que estabelece e cria padrões para a qualidade de navegação na internet. Tendo isso em vista, é possível afirmar que GZH não atende parte da LBI, pois não busca seguir as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

Por fim, destacamos que aspectos do Marco Civil da Internet também não são atendidos por GZH atualmente. A lei estipula que a disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção de, entre outras coisas: do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; e da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados (Brasil, 2014, s.p.). Ao não adotar certos recursos e padrões tecnológicos e de acessibilidade, GZH não permite que pessoas com deficiência tenham efetivo acesso à informação e ao conhecimento presente no site.

Entendemos ainda que essa falta de acessibilidade em GZH também impede o avanço ao encontro da proposta que toma o jornalismo como mediação qualificada (Oliveira, 2016; 2018; 2019; 2020) e, por consequência, do “informar de modo qualificado” como sua finalidade central (Reginato, 2016; 2018).

Defendemos que é necessário que as preocupações acerca da qualidade do jornalismo perpassem também para o escopo de acessibilidade. Para Oliveira (2016; 2018; 2019; 2020), o jornalismo, por deontologia, já é uma forma qualificada de mediar os acontecimentos e a sociedade em razão dos seus próprios métodos e conhecimentos específicos. Cabe a ele, então, incorporar nos seus métodos uma prática acessível, assim como o uso das ferramentas sugeridas por Bonito (2015; 2016).

Bonito (2015; 2016) entende que cabe ao webjornalismo uma nova característica: a acessibilidade comunicativa. O autor destaca que dentre os elementos necessários para atingir essa característica estão as seguintes ferramentas: a audiodescrição, o *closed caption*, a legenda em contraste, a janela de tradução em Libras, a personalização/customização de tamanho de letra e contraste de cores na tela. São ferramentas e formatos que “podem ser disponibilizados tecnologicamente em ambientes da *web*, sem requerer nenhuma

grande inovação tecnológica, bastando-se apenas adequação e disponibilização de recursos já existentes” (Bonito, 2016, p. 191), sobretudo em grandes redações como GZH.

Contribuindo com as discussões acerca da qualidade do jornalismo, Reginato (2016; 2018), entende que informar de maneira qualificada a sociedade é a principal finalidade do jornalismo, servindo como a base para todas as outras. Segundo a autora, para que a informação jornalística seja qualificada, ela deve ser verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente. Nesta pesquisa, entendemos que o jornalismo acaba por não cumprir suas finalidades de forma integral em GZH no que diz respeito às pessoas com deficiência visual por não conseguir alcançar o modo qualificado de informar elas.

De acordo com Reginato (2016; 2018), representar o mundo como um caos confuso e desordenado não fornece o necessário para que o leitor consiga, efetivamente, compreender o acontecimento. Os eventos precisam ser identificados e situados em um contexto social para que o público compreenda o significado, contexto e a relevância desses acontecimentos. A partir dos recursos de acessibilidade sugeridos por Bonito (2015; 2016), é possível tornar uma informação contextualizada e relevante para esse público.

Dessa forma, para que uma notícia em GZH seja contextualizada e relevante para essas pessoas, todo o conteúdo não-textual deve ser disposto em formato textual. Isso corresponde à diretriz 1.1 do princípio Perceptível do WCAG 2.1. A depender do tipo de conteúdo não-textual da página, os recursos que podem ajudar nesse papel são: texto alternativo, audiodescrição, *closed captions* e legendas.

Essa estratégia de acessibilidade também torna as notícias mais envolventes para as pessoas com deficiência visual. Além disso, para que a informação em GZH se torne mais envolvente para pessoas cegas e com baixa visão, ela precisa fornecer os subsídios para que a leitura da matéria seja fluida, sem gargalos, explicativa, cativante. Uma notícia só será assim quando for acessível. Uma pessoa não ficará envolvida por uma matéria que apresenta uma sequência de bugs e informações desencontradas, não nomeadas e que não estão explicadas.

Para tal, recomendamos que GZH incorpore os critérios de sucesso 2.4.2, 2.4.3, 2.4.4 e 2.4.6, do princípio Operável, do WCAG 2.1. De forma geral, eles estipulam que as páginas da web, hiperligações, cabeçalhos e botões precisam ter

nomes que descrevam seu propósito, dando maior contexto e envolvimento para os conteúdos dispostos no site.

Reginato (2016; 2018) postula ainda que a excelência da informação jornalística demanda pluralidade. Segundo a autora, o jornalismo deve incorporar uma variedade de fontes para refletir a ampla diversidade de significados que existem no mundo, um aspecto crucial enquanto direito social à informação.

Entendemos que para GZH caminhar em direção a pluralidade deve também adotar o que Bonito (2015; 2016) chama de acessibilidade comunicativa, novamente expressa a partir da preocupação de acionar, na sua prática diária, ferramentas e recursos de acessibilidade.

Porém, para que essas mudanças aconteçam, é necessário, por parte de GZH, o desenvolvimento da acessibilidade atitudinal. Isto é: a mudança de atitudes e comportamentos em busca de conscientização e eliminação de preconceitos e barreiras, promovendo, desta forma, os direitos das pessoas cegas e com baixa visão.

Concluimos, dessa forma, que GZH daria um grande salto em direção à informação qualificada para as pessoas cegas e com baixa visão se incorporasse no seu cotidiano diferentes recursos e ferramentas de acessibilidade, além da acessibilidade atitudinal. Isso permitiria, inclusive, que o principal site de notícias do Rio Grande do Sul desse mais um passo em direção ao que Bucci (2000) chama de bom jornalismo - aquele que auxilia a fomentar a participação igualitária das pessoas na esfera pública.

Entendemos ainda que, levando em consideração essas boas práticas de acessibilidade, GZH se aproximaria também da obrigação postulada pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros - a de contribuir com a promoção das garantias individuais e coletivas a partir da informação.

Destacamos que esses parâmetros de acessibilidade sugeridos por esta monografia para GZH são apenas alguns dos vários elementos que poderiam ser acionados, inclusive, para as pessoas com demais deficiências. Esta é apenas uma contribuição para essa discussão. Pretendemos, no futuro, levar essas discussões adiante, inclusive, em uma pesquisa de mestrado e, posteriormente, de doutorado. Acreditamos que ainda há muito o que explorar dentro desta temática. Almejamos, em próximas pesquisas, verificar a opinião de pessoas cegas e com baixa visão

acerca dos indicadores propostos neste trabalho, além das suas impressões gerais ao se informarem em jornais gaúchos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1º SEMINÁRIO SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA, 2012, São Paulo, SP. TIPIFICAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS PARA O CUMPRIMENTO DA RESERVA LEGAL DE VAGAS NO TRABALHO – Lei 8.213 [...]. São Paulo, SP: [s. n.], 2012.

AGÊNCIA BRASIL. **Menos de 1% dos sites passam em teste de acessibilidade.** [S. l.], 20 maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/menos-de-1-dos-sites-passam-em-teste-de-acessibilidade>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Aranha, M.S.F. (1979) **Overview of the Rehabilitation Movement in the United States and Proposals for an Extended Model in Brazil** Carbondale, Illinois, USA.: Rehabilitation Institute, Southern Illinois University.

_____. **A Deficiência através da História.** Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, n. 2, p. 63 - 70, 1995.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais.** Notícias e Mobilidade. O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis. Covilhã, PT: Livros LabCOM, p. 33-54, 2013.

_____. **Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração.** Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line. FACOM-UFBA. 2008. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2008_Barbosa_RedUCMx.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

BERALDO, Carla Tonetto. **“Quem cabe no seu todos?” Jornalismo e Deficiência Visual: um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

BONITO, M. ; SANTOS, L. C. ; BEILFUSS, L. P. . **Barreiras comunicacionais e ausência da acessibilidade comunicativa nas práticas cotidianas jornalísticas no Grupo RBS de Comunicação.** In: Gerson L. OLIVEIRA; Larissa C.SANTOS; Marco BONITO. (Org.). Comunicação em contexto de pesquisa. 1ed.Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019, v. 1, p. 119-134.

BONITO, Marco ; SANTOS, L. C. ; BEILFUSS, L. P. **O jornalismo deficiente, sem acessibilidade comunicativa, nas práticas cotidianas do grupo RBS de Comunicação.** In: 15 Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2017, São Paulo. Anais do 15 SBPJor. São Paulo: SBPJor, 2017. v. 1.

BONITO, Marco. **A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital.** João Pessoa: Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo. Ano 3, vol. 3, n. 1, 2016, p. 175 - 193.

_____. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil.** Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, 22 março 20021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14126-22-marco-2021-791173-norma-pl.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasil: 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296**. Brasil: 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Brasil: 2005.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949**. Brasil: 2009.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasil: 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.098**. Brasil: 2000

BRASIL. **Lei nº 10.436**. Brasil: 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.965**. Brasil: 2014

BRASIL. **Lei nº 4.169**. Brasil: 1962.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CABERLON, Leonardo Bonetto. **A redação integrada de GaúchaZH: uma análise sobre a incidência do ambiente digital sobre os jornalistas**. Orientador: Oliveira, Felipe Moura de. 2022. Trabalho de conclusão de Curso (Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS., 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/240103?show=full>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CANAVILHAS, João (2001) Webjornalismo. **Considerações gerais sobre jornalismo na Web**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

_____. (2006) **Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-onlinewebjornalismo.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

_____. (2014) **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Livros LabCom, Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom. www.livroslabcom.ubi.pt.

CAVALCANTE, Bárbara Fernandes de Oliveira. **Acessibilidade e jornalismo: uma análise de dez portais de notícias brasileiros e o acesso de pessoas com deficiência aos seus conteúdos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

CONDE, Antônio João Menescal. **Definindo a Cegueira e a Visão Subnormal**. Instituto Benjamin Constant. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=94>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Dantas, R. A., & Pagliuca, L. M. F. (2009). **Escalas optométricas: história e princípios ópticos**. Rev Rene, 10(1). Retrieved from <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4753>. Acesso em: 21 jan. 2024.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. Sur, Rev. int. direitos human. vol.6, n.11, São Paulo, Dec./2009

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2007. Acesso em: 18 dez. 2023.

Fernando Firmino da Silva et al. **A acessibilidade da visualização de dados em produtos jornalísticos premiados**. In: ANAIS DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/a-acessibilidade-e-da-visualizacao-de-dados-em-produtos-jornalisticos-premiados?lang=pt-br> Acesso em: 22 jan. 2024.

FERREIRA, Matheus. **Hermenêutica do acesso desigual: um estudo sobre a interação de internautas com deficiência visual com o ciberjornalismo de viagens sob a perspectiva da cidadania**. 2020. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura. Artes. Comunicação e Design. Bauru Artes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KARAM, Francisco. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997. KATZ, Elihu. **Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os Elementos do Jornalismo: O que os profissionais devem saber e o público deve exigir**. Porto: Editora Porto, 2001.

LAGO, Cláudia. **Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo**. Brazilian Journalism Research. V. 6, N. 1. Brasília: SBPJor, 2010.

Lanna Júnior, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il. 28X24 cm.

LÜCKMAN, A. P.; FONSECA, V. P. da S. **Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual**. Estudos em Jornalismo e Mídia, [s. l.], julho a dezembro 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p162/35866>. Acesso em: 25 dez. 2023.

MACHADO, E.; PALACIOS, M. **Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL**. In: LAGO, C.; BENETTI; MARCIA (Ed.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 a ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 199–222.

MAIOR, Izabel. **História, Conceito e Tipos de Deficiência. Sobre a deficiência visual**, 2020. Disponível em:

https://www.deficienciavisual.pt/txt-Historia_conceito_tipos_def.html. Acesso em: 13 dez. 2023.

Marco Zero; UNICAP. **Acessibilidade Jornalística - Um problema que ninguém vê. Estudo sobre a oferta e o consumo de conteúdo jornalístico por pessoas cegas e com baixa visão no Brasil**. Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2022, 68 p.

Marco Zero; UNICAP. **Por um jornalismo acessível. Manual de boas práticas para a produção de conteúdo jornalístico acessível às pessoas com deficiência visual**. Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2022, 36 p.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web**. Trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM. Lisboa, 2001.

_____. **Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web**. In: MACHADO, Elias, PALACIOS, Marcos. Modelos de jornalismo digital. Salvador: Calandra, 2003.

NAVARRO, Juliana Jobim. **A inclusão social dos deficientes visuais e a publicidade brasileira: um breve panorama**. 2012. 61 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, F. M. de; NICKEL, B.; KALSING, J. **A notícia contada, explicada e conversada: colaboração e mediação no jornalismo praticado em podcast no Brasil**. Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos, [s. l.], v. 22, setembro/dezembro 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.223.12/60748128>. Acesso em: 1 jan. 2024.

OLIVEIRA, F. M. de; PASTL, C. M. L.; GARCIA, I. S. **Para a crise do jornalismo, "jornalismo de soluções"? Apontamentos a partir da experiência do Grupo RBS**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2021, virtual. Anais da SBPJor [...]. [S. l.: s. n.], 2021.

OLIVEIRA, F. M. de; STEFENON, E.; OZORIO, J. **A crise em 20 anos: reflexões sobre a mediação qualificada como estratégia de enfrentamento à luz do GT Estudos de Jornalismo da Compós (2000-2019)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2020, virtual. Anais da SBPJor [...]. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2633/1430>. Acesso em: 1 jan. 2024.

OLIVEIRA, F. M. de. **Do acontecimento à mediação: reflexões sobre a crise do jornalismo**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. Anais da Compós [...]. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em:

https://proceedings.science/proceedings/100220/_papers/134100/download/abstract_file1. Acesso em: 14 dez. 2023.

_____. **A semiose da notícia em ambiente de crise: Movimentos em rede e mediação na semiosfera contemporânea**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, [S. l.], 2016. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5372/Felipe%20Moura%20de%20Oliveira_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Da crise à mediação qualificada: apontamentos a partir da #VazaJato como cibercontecimento jornalístico**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2019, Goiânia. Anais da SBPJor [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2042/1158>. Acesso em: 24 dez. 2023.

_____. **Da crise à mediação qualificada: ensaio sobre a incidência do interpretante em rede nas práticas jornalísticas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2018, São Paulo. Anais da SBPJor [...]. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <http://www.sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1329/749>. Acesso em: 23 dez. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em : <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2012. 334 p.

PARK, R. E. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento**. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2, p. 51-70.

PEREIRA, Thiovane. **Guia de acessibilidade cromática para daltonismo: princípios para profissionais da indústria criativa**. Santa Maria: 2021.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiênciamental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984. 204p

REGINATO, G. D.; BENETTI, M. **As finalidades do jornalismo segundo os leitores**. In: BENETTI, M.; BALDISSERA, R. (org.). Pesquisa e perspectivas de Comunicação e Informação. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 127-151. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/MarciaBenetti/publication/338339117_As_finalidades_do_jornalismo_segundo_os_leitores/links/5e0de60d92851c8364ac2f44/As-finalidades-do-jornalismo-segundo-os-leitores.pdf. Acesso em: 25 dez. 2023.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores.** Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

_____. **As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores.** Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 25, setembro, outubro, novembro e dezembro 2018a. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/29349/17219>. Acesso em: 25 dez. 2023.

_____. **Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2018, São Paulo. Anais da SBPJor [...]. [S. l.: s. n.], 2018b. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1507/911>. Acesso em: 25 dez. 2023.

_____. **Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas.** Estudos em Jornalismo e Mídia, [s. l.], janeiro a junho 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2020v17n1p43/43590>. Acesso em: 25 dez. 2023.

SALAVERRÍA, Ramón. **Multimedialidade: Informar para cinco sentidos.** In: CANAVILHAS, João (Org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014, p. 25 - 52.

SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTOS, G. F. **Tecnologia assistiva a serviço da deficiência visual: uma pesquisa exploratória.** repositorio.ufba.br, 27 abr. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência.** In: SASSAKI, R.K. Vida independente; História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

_____. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação. São Paulo: ano 5 n°. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

SECRETARIA DE SAÚDE. **Manual orientador para realização do Teste de Snellen. Bahia: 2017.** Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/arquivos/File/manual.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SEGATTO, Karine Arminda de Fátima. **Acessibilidade e Multimídia no Webjornalismo da América do Sul.** Dissertação (Mestrado em Processos Jornalísticos) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SILVA, Bruno Santana da; RIBEIRO, Jefferson Ferreira. **Avaliação automática de acessibilidade do portal da UFRN.** v. 9 n. 1, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3813> . Acesso em: 15 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.35819/tear.v9.n1.a3813>

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo. Unisinos, 2001.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TRE (CE). Manual de Comunicação Acessível. In: **Manual de Comunicação Acessível**. Ceará, 2022. Disponível em: <https://apps.tre-ce.jus.br/tre/manual-de-comunicacao-acessivel/index.php?cap=verso-completa>. Acesso em: 21 jan. 2024.

W3C. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)**. World Wide Web Consortium (W3C), 2018.

WOBETO, Samara. **A construção de indicadores de qualidade para a acessibilidade comunicacional em veículos jornalísticos**. 2023. 163f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

WOBETO, Samara L., ROMERO, Luan e BORELLI, Viviane. **Análise quantitativa da cobertura jornalística sobre Acessibilidade e Pessoas com Deficiência**. Pernambuco: 44º Congresso de Ciências da Comunicação - Intercom, 2021. In: <https://www.researchgate.net/publication/362540112_Analise_Quantitativa_da_Cobertura_Jornalistica_sobre_Acessibilidade_e_Pessoas_com_Deficiencia>.

WOBETO, Samara L.; BORELLI, Viviane. **Acessibilidade Comunicacional: Análise da presença de Tecnologias Assistivas em veículos de mídia brasileiros**. São Leopoldo: IV Midiaticom, 2020.

ZAPPAROLI, Marcio; KLEIN, Fernando; MOREIRA, Hamilton. **Snellen visual acuity evaluation**. Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, v. 72, n. 6, p. 783–788, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0004-27492009000600008>. Acesso em: 6 abr. 2020.